



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

# Entendendo o processo de aprendizagem a partir da educação infantil: crianças na escola

Patrícia Ferreira de Oliveira Umbelino





Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

# Entendendo o processo de aprendizagem a partir da educação infantil: crianças na escola

Patrícia Ferreira de Oliveira Umbelino





1. Educação infantil 372.21

**Obra sem financiamento de órgão público ou privado**

**Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.**

**A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva**



**Filipe Lins dos Santos  
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil  
website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)  
instagram: @periodicojs

# *Prefácio*



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido pela pesquisadora Patrícia Ferreira de Oliveira Umbelino coloca em destaque o processo que envolve a educação infantil no contexto escolar, assim, através do estudo da autora, temos a chance de se aprofundar em temas extremamente relevantes e importantes para a melhoria do ensino nas escolas.

**Filipe Lins dos Santos**

**Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs**

# *Sumário*



INTRODUÇÃO

7

## *Capítulo 1*

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

14

## *Capítulo 2*

A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ESPAÇO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS 0 A 3 ANOS DE  
VIDA: IMPASSES E DESAFIOS

23

## *Capítulo 3*

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL  
E A FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA

43

## *Capítulo 4*

OS IMPASSES E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: MITO E  
REALIDADE EM 2015

56

5

## *Capítulo 5*

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

70

### *Considerações Finais*

89

### *Referências Bibliográficas*

94

# INTRODUÇÃO



“A criança precisa, necessita, é de uma oportunidade para adquirir novos conceitos e palavras a partir do contexto linguístico” (TOLSTOI 1903 apud. Vigotsk 2005).

Essa pesquisa surgiu da inquietação da autora frente à sua vivência como mãe e, mulher que trabalha. A dinâmica experienciada por sua saga diária junto com as atividades domésticas levou-a a compreender, que uma possibilidade real e, assustadora, lhe batia à porta. Após seu período de licença maternidade da segunda criança, ela se deparava com a incógnita; voltar a trabalhar, mas com quem deixar as crianças? Encontrar uma cuidadora de confiança ou ingressar seus filhos numa instituição de ensino?

Frente à possibilidade de fazer uma escolha que pudesse lhe causar arrependimento ou dano para as crianças posteriormente, surge à ideia de pesquisar sobre a eficácia da educação infantil e as ofertas das escolas do bairro onde mora na cidade de Jaboatão dos Guararapes no Estado de Pernambuco. Sabe-se que muitos são os discursos que envolvem os mitos acerca dos espaços de atendimento a crianças de 0 a 3 anos de vida. Contudo, em todos os casos, sempre, haverá envolvidos no processo de escolha, a necessidade dos pais e o modelo institucional que será escolhido para dar suporte à criança que entra no universo social.

Diante do impasse que toca o que é importante para a criança e a escolha de um ambiente que consiga contemplar física e pedagogicamente o que os pais almejam para seus filhos, tal como interroga Antunes (2004); “quais recursos materiais e humanos deveriam estar presentes em um berçário para que pudesse proporcionar todas as condições necessárias ao desenvolvimento integral de uma criança, até um ano de idade ou pouco mais?”.

A inquietação do autor provoca nos pais a ideia de que é fundamental que o espaço seja preparado para além de mero espaço colorido e limpo, é preciso que os profissionais estejam capacitados e devidamente auxiliados na promoção do cuidado com as crianças que lhes chegam. Todavia, para os pais, não será apenas para a criança pequena que a escola precisa estar preparada para receber, torna-se fundamental o envolvimento afetivo, visando alcançar toda e qualquer atividade pedagógica

executada nesses espaços, como está descrito na lei vigente no Brasil:

O atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas constitui direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece: art.29 – A educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psíquicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (ANTUNES, 2004, p. 13).

Diante do que assegura a Lei e as necessidades experimentadas pelos pais que se dá em cada contexto, de forma singular, mas que responde à demanda por atendimento pedagógico e, de cuidado para seus filhos, surge a necessidade cada vez maior por estudos e discussões que consigam contemplar e esclarecer as dúvidas e anseios que causam angústia nos pais durante o processo de escolha da entidade que irá receber sua criança pequena.

Sendo assim, esta pesquisa propõe uma investigação de cunho teórico que possa discutir sobre os mitos que circundam o conceito de Educação Infantil no tocante a realização de práticas pedagógicas para a formação intelectual da criança de 0 a 6 anos de vida. Como objetivo geral esse trabalho visa evidenciar se a educação infantil é, de fato, importante para o processo de intelectualização da criança de 0 a 6 anos. O intento é desconstruir o mito que diz que, a criança na primeira infância frequenta o espaço escolar, apenas, de forma recreativa, sem fins específicos de aprendizagem.

Os objetivos específicos pretendem; realizar uma discussão histórica do ponto de vista teórico sobre o primeiro conceito de criança nas sociedades mais arcaicas, visando estabelecer um contraponto com a visão sobre o infantil e seu desenvolvimento na contemporaneidade. Em segunda instância, objetiva-se compreender se as ofertas do cenário educacional são compatíveis com as necessidades que levam os pais a colocarem seus filhos na escola nesta fase de seu desenvolvimento e, por fim, identificar e discutir sobre os pontos positivos e negativos da escolaridade na primeira infância.

Espera-se a partir das problemáticas destacadas que, essa pesquisa consiga contemplar um diálogo vertical entre o pressuposto teórico, a inquietação dos pais e as ofertas da escola frente à garantia da lei vigente em 2015. Uma tentativa simbólica de deixar uma mensagem que possa abrir, ainda mais, a visão sobre as vicissitudes que circundam o conceito de criança, como atesta Bernardino (2006): “[...] assim, é bom que os profissionais encarregados de cuidar das crianças se debrucem sobre as transformações em torno dessa categoria discursiva, histórica – e muito pouco biológica – a que chamamos infância”. (BERNARDINO, 2006, p. 10).

Diante disso, esse trabalho de base teórica e qualitativa, foi realizado com o auxílio da aplicação de questionários e entrevistas para um grupo de pais e duas vertentes de profissionais do campo da Educação, sendo uma coordenadora pedagógica de uma escola da rede pública de ensino na cidade de Jaboatão e, a outra que trabalha como professora e coordenadora em duas escolas privadas, na mesma cidade. O objetivo com elas foi analisar a partir dos discursos no relato de suas experiências na prática pedagógica com Educação Infantil, compreender se os recursos e obrigatoriedades da LDB estão sendo executados e reconhecidos nas escolas.

Muito se tem escrito sobre a criança, sobre a infância e sobre o infantil nos últimos tempos. Infelizmente, esta vasta literatura tem ido ao encontro de uma ideologia arrasadora das subjetividades e cada vez mais centrada em técnicas e em saberes prontos. Nestes tempos em que se prega a ênfase nas competências do bebê, a transformação de creches e pré-escolas em lugares estritamente pedagógicos, a substituição das atividades livres e inventativas pelos jogos educativos e computadorizados, a medicação de bebês e crianças pequenas que não dormem ou não param quietas, a proposição de tratamentos que mais seriam treinamentos – já que tudo seria determinado biologicamente –, é importante que possamos resgatar, O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição. (BERNARDINO, 2006, p. 11).

O que se pode conceber à luz das contribuições da autora, é que deve-se lembrar a sociedade que as crianças, ainda, permanecem seres diferenciados e que, a infância trata-se de um tempo

necessário para a preparação desses indivíduos em evolução. Portanto, a família, a escola e o Estado, precisam olhar de forma atenta para a realidade tal qual ela é. Ou seja, que as crianças ainda não nascem prontas e necessitam de certas condições para poder se tornar sujeitos falantes, desejantes e futuros cidadãos criativos.

A hipótese que norteia a construção do trabalho investigativo desta pesquisa interroga a importância pedagógica no processo de constituição da criança enquanto sujeito. Seria a escola um espaço importante para a criança em formação? Considerando as formulações dos teóricos que auxiliaram na produção escrita deste trabalho, pode-se atestar que os dois núcleos mais importantes para que ocorra um desenvolvimento pleno e satisfatório – do ponto de vista psicológico e moral – refere-se diretamente a família e a escola.

Sendo assim, recorreu-se às contribuições de Teóricos como: Jean Piaget (1999) para abordar a construção e desenvolvimento da criança no tocante a linguagem e o pensamento que, para o autor são constituídos a partir de estágios, por isso, sua compreensão é fundamental para entender o que se dá no processo de aprendizagem desses indivíduos. Ainda nesta trilha, L. S. Vigotsky (2005) que, foi contemporâneo de Piaget, possibilitou ao trabalho uma articulação elaborada para a compreensão da formação do pensamento e fala da criança e, atentou para a importância da comunicação desses indivíduos com o mundo a sua volta, enfatizando a influência cultural e herança deixada pelos grupos que as crianças se relacionam.

Com base no trabalho dos autores citados, percebeu-se a importância de recorrer à prática pedagógica de Paulo Freire (1987) que elaborou um método de ensino para alfabetizar operários adultos através de ferramentas ofertadas pela cultura. Sendo assim, a pesquisa foi dividida em três capítulos principais, nos quais os objetivos serão apresentados, discutidos e elucidados com base nas propostas dos autores citados. Todavia, foram consultados autores contemporâneos, revistas pedagógicas, sites de interatividade e diretrizes constitucionais para amparar as proposições que norteiam este trabalho.

Para melhor situar o leitor, no primeiro capítulo será abordado o conceito de criança e sua evolução histórica, passando pela criação da lei (LDB) e, os paradigmas que envolvem a problemática

em questão. No segundo serão discutidas as leis de garantia e cuidado para a criança e as modalidades educacionais que existem no Brasil e, por fim, o papel da família; da escola; e a importância das práticas pedagógicas para a formação da criança até chegar à conclusão.

Como metodologia de pesquisa, foi utilizado a análise do discurso direcionada pelo fundamento de Michael Foucault<sup>1</sup>, extraídas de fragmentos das entrevistas e questionários aplicados para um grupo de cinco pais (homens e mulheres), duas profissionais da educação (coordenadoras e professoras) da Educação Infantil a partir de dois prismas; uma entidade privada – a qual 4 dos pais entrevistados têm seu filho experimentando de suas ofertas, ou seja, inclusos no corpo discente. E uma coordenadora pedagógica da rede municipal de ensino que, trabalha com 3 crianças (filhas) de uma das mães entrevistadas, todas na Educação Infantil, como serão apresentados no capítulo III da pesquisa.

E por fim a conclusão que, relata de forma livre e explicativa sobre os percalços e avanços que a pesquisadora encontrou para a consolidação da pesquisa. Sempre de forma ética e preocupada com as descrições, todos os participantes tiveram suas identidades devidamente protegidas e, suas falas serviram, apenas, de contribuição qualitativa para eleger se a hipótese tem tendência positiva ou negativa até chegar numa conclusão satisfatória.

Agora se trata de refletir não apenas sobre a criança em análise, mas sobre as análises da infância que poderão ser feitas [...] “infância e psicanálise” eis o tema sob o qual poderão inscrever-se trabalhos de psicanalistas, mas também de educadores, de sociólogos e de outros especialistas, interessados em refletir sobre a criança e a infância. Utilizando para isso os recursos conceituais que a psicanálise construiu ao longo de sua história. (BERNARDINO, 2006, p. 10).

Seguindo as formulações da autora e ampliando o olhar para a criança em foco, vislumbrando as contribuições que essa pesquisa poderá deixar para o campo de estudo da criança, das leis

---

1 Será devidamente apresentado mais adiante

que sugerem intervenções produtivas e, principalmente, para os pais, tal como a autora que, passam, passaram ou irão passar pelas interrogações e anseios na hora de escolher a instituição para colocar seu filho. E como na música de Elis Regina; “como os nossos pais”, pode-se considerar que, mudarão os tempos e as propostas, mas a demanda que opera na condição e lugar dos pais, sempre, são as mesmas.

Minha dor é perceber Que apesar de termos feito tudo o que fizemos Ainda  
somos os mesmos e vivemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos  
Como os nossos pais...  
(Elis Regina)

# Capítulo 1

## A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO

### INFANTIL



## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Ao longo da história da instituição educacional no Brasil, muitas questões têm se levantado e se desdobrado, suscitadas pelas exigências e demandas que esse campo perpassa. Diante desta discussão podem-se ressaltar pontos fundamentais para abordar toda a temática que abrange o universo da educação e, mais especificamente, na educação infantil. Tais como; o papel do educador frente à visão do professor no tocante à formação da criança que ingressa no espaço pedagógico; o papel e a importância da família nessa construção e, principalmente, o modelo pedagógico a ser utilizado para essa fase inicial da vida da criança.

Para melhor situar essa leitura, será abordada à luz da perspectiva teórica de autores contemporâneos toda a transformação e desenvolvimento que essa temática vem sofrendo no Brasil, o intento é verticalizar os modelos de educação propostos no início da inclusão das crianças pequenas nas escolas e creches até chegar às modalidades educacionais oferecidas pelas escolas e pela obrigatoriedade da lei vigente no país.

As instituições encarregadas da promoção de cuidado às crianças foram evidenciadas após a primeira guerra mundial por conta do aumento no número de órfãos e as sequelas ambientais deixadas pela guerra. Os relatos apontam que nesta época desencadeou-se forte interesse na educação infantil, visando acelerar a recuperação da sociedade, esse interesse surgiu, principalmente, por parte de certo grupo de médicos. Como por exemplo; a médica que se destacou nesse processo, a psiquiatra italiana Maria Montessori (1879 – 1952).

Montessori participou da lista dos principais construtores de propostas sistematizadas para a educação infantil no século XX, por sua influência na educação de crianças com deficiência mental em uma clínica psiquiátrica de Roma. A psiquiatra italiana produziu uma metodologia de ensino com base nos estudos médicos de Itard e Séguin, que haviam proposto o uso de materiais apropriados como recursos materiais úteis. De acordo com os relatos de Oliveira (2005, p. 74).

Com a entrada do século XX, o conceito de infância ganha novas concepções e preocupa-

ções com relação aos valores sociais a partir das exigências e paradigmas suscitados pelo embate vividos na economia a partir de conflitos políticos que circundavam o país, naquela época. Todavia, a sociedade apelava por delicada preocupação com a educação infantil e bem estar das crianças de menor idade, assim, recorreu-se às contribuições de importantes pesquisadores a fim de se elaborar um modelo de educação voltada para o futuro e preocupada com as diversas fases do desenvolvimento infantil. Alguns dos teóricos que obtiveram forte relevância nesse processo foram: Paulo Freire (1987), Vygotsky (2005), Piaget (1999), dentre outras contribuições de estudiosos que serão apresentados ao longo deste trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram novos estudos abordando a preocupação com a situação social da infância e a ideia da criança como portadora de direitos. Diante dessas propostas, surgem evidências teóricas sobre a necessidade da estimulação do desenvolvimento da criança, desde seu nascimento, como aponta Oliveira (2002). “A expansão dos serviços de educação infantil na Europa e nos Estados Unidos foi sendo influenciada cada vez mais por teorias que apontavam o valor da estimulação precoce do desenvolvimento da criança já a partir de seu nascimento” (OLIVEIRA, 2002, p.78).

A história da educação infantil no contexto brasileiro se deu como em muitos outros países, a partir das demandas e cenário político que, se encontravam fragilizados pela esfera econômica e social da época. No Brasil até meados do século XIX o atendimento a crianças de 0 a 6 anos em instituições de cuidado social, como por exemplo, em creches e pré-escola, praticamente não existiam. Esse cenário era reflexo do modelo de família da época que, era sustentada de forma tradicional, no qual o pai era o provedor e a mãe cuidadora e cabia a ela, a mãe, promover a educação dos filhos.

Essa modalidade era resquício de uma época onde grande parte da população provinha de zonas rurais, apenas uma fatia da sociedade vivia nas grandes cidades. Eram tempos difíceis, escarço, onde muitas crianças eram filhos órfãos de escravos e índias. Nessa perspectiva, os relatos apontam que tais crianças se tratavam, muitas vezes, de filhos decorrentes de situações de abusos sexuais<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho não serão abordados o exposto sobre a violência da época, esse grifo foi apenas para situar o contexto.

como encontramos em Ariès (1981- grifo meu).

[...] uma das únicas formas de expressão do real naquela época, não retratava a criança como de fato ela era. As obras retratam crianças com características do homem adulto, porém, em tamanho reduzido. E por isso as pinturas coerentemente retratavam as crianças como adultos em miniatura, pois logo que as crianças deixavam de usar cueiros, vestiam-se exatamente como outros homens e mulheres de sua classe social (POSTMAN, 2011, p.32).

De acordo com esses relatos, pode-se pensar que, neste período a criança não tinha um lugar definido, e por isso, essa fase tornava-os indivíduos invisíveis. Não por acaso, Postman (2011, p.33) descreve que, “De todas as características que diferenciam a Idade Média da Moderna, nenhuma é tão contundente quanto à falta de interesse pelas crianças”. Nesse contexto, o autor chama a atenção para o furo que se dá na ausência de conceitos próprios à educação infantil.

Conforme Ariès (1981) a organização das fases que dão origem ao futuro homem social, pode ser percebida a partir do sentimento de infância que, clivou-se em dois momentos distintos no percurso da evolução social no tocante ao desenvolvimento infantil. O primeiro foi percebido pela época no seio familiar entre os séculos XVI e XVII e foi denominado: de paparicação. Adjetivo que se referia à forma como a criança era tratada pelos membros da família, em muitos casos era perceptível a relação que se mantinha com a criança que, era tida como um mero objeto de diversão, na qual a criança era reduzida à uma fonte de distração aos olhos dos adultos.

O segundo sentimento de infância, surge em oposição ao primeiro modelo no final do século XVII mediante o contexto eclesiástico e foi chamado de moralização. Entendido como forma de educar e tratar a criança com as regras impostas a adultos. Mas no final do século XIX começa a serem discutidas no Brasil as concepções elaboradas por atuantes europeus sobre a educação infantil. A partir deste período foram criadas as primeiras instituições voltadas para o atendimento de crianças pobres. Neste período começavam a surgir os primeiros jardins-de-infância que, eram públicos, porém, voltados para as crianças mais abastadas.

Sendo assim, várias concepções começam a sinalizar para as mudanças de paradigmas instalados entre a Idade Média e a Moderna. E de acordo com Ariès (1981)<sup>2</sup>:

O século XVII configura-se como um período de grande importância para a evolução dos temas relacionados à infância. Segundo o mesmo autor a partir do Século XVII a criança começa a ser retratada sozinha e sua expressão é menos desfigurada que na Idade Média. Conforme Áries (1981) iniciam-se também neste período os primeiros estudos sobre a psicologia infantil. Estes estudos buscavam compreender melhor a mente da criança para melhor adaptar os métodos utilizados na educação. Uma grande revolução acontece no final do século XVIII, o modo de vestir as crianças se diferencia das vestimentas dos adultos (ARIÈS apud LUSTING 1981, p.33).

A partir dessa reflexão, o teórico ratifica que, foi preciso esperar o fim do século XVIII para que os trajes confeccionados para as crianças se tornasse mais leves, mais folgados, e as deixassem mais à vontade, caracterizando sua fase de desenvolvimento. Sendo assim, esse novo modo de vestir dava às crianças, principalmente aos meninos, maior liberdade de movimento, permitindo-lhe que as atividades de correr, pular e, assim, os excessos que são próprios à condição infantil pudessem fazer parte do seu contexto.

Pode-se compreender que, a partir dessas mudanças, aos poucos a sociedade foi deixando de ver a crianças como um adulto em miniatura. Contudo, a própria história se encarregou de trilhar novos caminhos e quebrar os paradigmas que atravancavam o avanço do olhar para o lugar da criança na sociedade e, com o passar do tempo os fatos e a vida cotidiana foram se delineando e apontando para “a possibilidade de um olhar crítico e humanizado, chamando a atenção dos adultos para o fato de que as crianças têm características que são peculiares à seu estágio de desenvolvimento físico e mental” (ARIÈS, 1981 apud LUSTING ibidem p. 33).

Dessa forma, vale ressaltar que, os diversos fatores sociais e históricos contribuíram para a

---

<sup>2</sup> Citação encontrada no site: [http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2014/andrea\\_lemes\\_lustig.pdf](http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2014/andrea_lemes_lustig.pdf) - acessado em: 12/12/2015 as 21:00h.

constituição de uma nova conotação para a infância. Para tanto, no Século XVIII o conceito de infância como sinônimo de adulez, chega ao seu ápice e, após a proclamação da república, começaram os investimentos na educação. Porém, esses eram voltados, apenas, para o ensino primário. Mas foi a partir do acesso à urbanização e a chegada das indústrias que, surgiu a necessidade de dar suporte educacional às crianças e, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, as mães precisariam deixar o cuidado com os filhos para as instituições, como se pode encontrar em Ariès (1981).

Com a chegada das fábricas o setor econômico nacional tornou-se, mais abrangente, causando uma mudança na estrutura da família tradicional brasileira. Nesse momento, a mulher (mãe) conquista o direito ao trabalho e, por isso, o cuidado com a casa e os filhos precisava assumir um novo formato. Por esta razão, no primeiro momento traçado pelas mudanças no setor industrial, as crianças eram acolhidas pelas mulheres que não trabalhavam e se dispunham a pajejar as crianças de outras famílias, bem como, no acolhimento de parentes necessitados da ajuda.

Essa alternativa durou pouco, e com o surgimento das organizações e, de movimentos sindicais, protestos e reivindicações dos operários com foco nas reclamações por direitos e suporte trabalhistas que, inicialmente eram direcionados aos empresários e, se estendeu posteriormente ao governo, reclamando por instituições que pudessem favorecer e auxiliar as famílias nas condições de trabalho e educação, o cenário mudou.

A partir de 1930 com o estudo da situação do bem-estar social e aceleração dos processos de industrialização e urbanização, manifestam-se elevados graus de nacionalização das políticas sociais assim como a centralização de poder. Nesse momento, a criança passa a ser valorizada como um adulto em potencial, matriz do homem, não tendo vida social ativa. A partir dessa concepção, surgiram vários órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, como o Departamento Nacional da Criança em 1940, Instituto Nacional de Assistência<sup>3</sup> em 1942, Projeto Casulo e vários outros. O estado de bem-estar social não atingiu todos da população da mesma forma, trazendo desen-

---

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm> - Acesso em 15/12/2015 às 23h15minh.

volvimento e qualidade só para alguns. A teoria foi muito trabalhada, mas pouco colocada em prática. Neste sentido, as políticas sociais reproduzem o sistema de desigualdades existentes na sociedade(KRAMER, 2002, p.23).

Diante desse fenômeno social, o autor ressalta que, na década de 60 e meados de 70 do século XX, o Brasil conquista um período de inovação nas políticas sociais no tocante as áreas de educação, saúde, assistência social e previdência. Sendo assim, na educação, o nível básico torna-se obrigatório e gratuito, impelidos pela constituição da época. Contudo, há uma extensão obrigatória para oito anos de execução desse nível e, ainda em 1971 a lei 5.692/71 traz o princípio de municipalização do ensino fundamental, tal qual exposto na constituição. Contudo, na prática, muitos municípios carentes começam esse processo sem a ajuda do Estado e da União. (KRAMER, 2002).

Em 1970, ocorre uma crescente evasão escolar e como consequência, aumenta o número de repetência das crianças provenientes das classes, mais pobres que, ingressaram no primeiro grau. Esse fator gerou polemica e, por isso, foi instituído o modelo de educação pré-escolar que na época era chamada: educação compensatória. Essa alternativa vem auxiliar o ingresso de crianças de quatro a seis anos (4 a 6 anos), com o intento de suprir as carências culturais que se estabelecia na fragilidade e escassez da educação familiar das classes, mais baixas.

Na década de 60 um novo discurso chegou às creches: um discurso baseado nas teorias da privação cultural. A creche, então, recebeu uma nova função: compensar as deficiências bio-psico-culturais apresentadas no desenvolvimento da criança. Novas categorias profissionais foram introduzidas como, por exemplo, professores, recreacionistas, psicólogos e pedagogos. Foram adotadas medidas de reorganização, houve redistribuição do espaço, diminuição do tempo de espera da criança e ênfase na sua autonomia e independência<sup>4</sup> (HADDAD apud ADORNI p. 60, 1991).

---

4 Extraída: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/9/18052011155146.pdf> Consulta em: 22/03/2016 às 16h00minh.

Pode-se conceber diante das formulações do autor que, as carências culturais existiam porque as famílias pobres não conseguiam oferecer condições para um bom desenvolvimento escolar e, por isso, as crianças repetiam o ano. Esse fator era agravado mediante a falta de instrução dos pais, a carência de requisitos básicos de promoção à sobrevivência, gerando uma queda considerável do sucesso escolar. Então, a pré-escola parece surgir como proposta para suprir tais carências, viabilizando as famílias um espaço de alimentação e acolhimento temporário para a criança. Contudo, esse modelo de pré-escola não possuía um caráter formal, pois não havia contratação de professores qualificados e remuneração digna para a construção de um trabalho pedagógico sério.

Se realizar uma pesquisa mais aprofundada no campo teórico desta problemática, logo se pode perceber que a educação não era tratada por um órgão específico, sua elaboração era fragmentada. Tratava-se de uma educação vinculada às condições gerais e sociais que envolviam a criança. Nesse contexto, a maioria das creches públicas era incumbida de prestar um atendimento de caráter assistencialista que, consistia na oferta de alimentação, higiene e segurança física, sendo, muitas vezes, prestado de forma precária e de baixa qualidade. Sendo assim, pode-se constatar o contexto em que se foi instalado o mito sobre a diferença entre espaço de atendimento (cuidado) X instituição de ensino (espaço pedagógico). É interessante lembrar que, no que se refere às creches particulares, nessa época, encontrava-se um cenário completamente diferente, nelas eram desenvolvidas atividades educativas, voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais necessários para pleitear a aprendizagem infantil. Entretanto, a partir da instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 (Lei 4024/61) que incluiu os maternais, jardins de infância e pré-escola e creches no sistema de ensino, a educação ganhou novo norte.

Sendo assim, na década de 80, houve maior atenção aos problemas de caráter educacional que a educação sofria naquela fase de transição. Pode-se destacar que a fragilidade do espaço educacional denominado: pré-escolar, se caracterizava pela: ausência de uma política global e integrada, a falta de coordenação entre programas educacionais e de saúde, predominância do enfoque preparatório para o primeiro grau, insuficiência de um corpo docente qualificado, bem como, a escassez de

programas inovadores e a falta da participação e interação familiar e social para a promoção de uma educação eficaz.

Até aqui foram discorridos sobre os motivos que desencadearam o surgimento dos espaços de promoção à educação infantil, bem como, as vicissitudes e demandas que essa jornada suscitou. Então, com base no exposto na constituição de 1988 que, rege as modalidades educacionais necessárias e de direito para as crianças em idade pré-escolar, reafirmando que, trata-se de um dever do estado para a promoção de educação, segurança e bem-estar social para todos, devendo ser uma modalidade integrada a todo o sistema de ensino nacional.

# Capítulo 2

## A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ESPAÇO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS 0 A 3 ANOS DE VIDA: IMPASSES E DESAFIOS



Além das dificuldades de implantação desses espaços pedagógicos e de assistência às famílias e, em decorrência da necessidade reclamada pelas famílias, foi necessária a implantação de mais instituições voltadas para o atendimento específico de crianças de 0 a 3 anos de vida. Mesmo assim, foi evidenciado a partir dos relatos bibliográficos que, no primeiro momento, essas extensões tinham um caráter puramente assistencial. Nessa fase de implementação dessas modalidades, o que se constatava era a preocupação com a organização espacial ou no máximo com a saúde da criança. Não havia uma estrutura focada num trabalho pedagógico, ratificando a ideia assistencialista que permeava tais instituições caracterizando o mito que, se estende estigmaticamente até os dias de hoje.

Todavia, na década de 70 houve um processo de municipalização da educação pré-escolar pública, como expõe Oliveira (2002)<sup>1</sup>:

O aumento da demanda por pré-escola incentivou, na década de 70, o processo de municipalização da educação pré-escolar pública, com a diminuição de vagas nas redes estaduais de ensino e sua ampliação nas redes municipais, política intensificada com a aprovação da Emenda Calmon à Constituição Nacional (1982), vinculava um percentual mínimo de 25% das receitas municipais a gastos com o ensino em geral. Em 1972 já havia 460 mil matrículas na pré-escola em todo país (OLIVEIRA, 2002, p.110).

Então, pode-se considerar que, foi mediado pelo interesse, cada vez maior, das mães trabalhadoras que precisavam do atendimento às crianças pequenas que, o estado passou a desenvolver políticas mais específicas e focadas nos problemas dessas instituições. E assim, a partir das pesquisas realizadas na área de desenvolvimento psicossocial da criança, as instituições foram obrigadas a dar maior atenção ao caráter pedagógico que apelava nos espaços de atendimento às crianças. Nesse momento, estudiosos promoviam fortes debates a para a implementação da educação e modificação do caráter assistencialista que atravancava o avanço das instituições.

---

1 Extraído: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/A-IMPORT%C3%82NCIA-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-PARA-A-FORMA%C3%87%C3%83O-411076.html> consulta em: 23/03/2016 às 10h.

Diante desse cenário, foi identificado que essas organizações não priorizavam as exigências prévias e específicas para o trabalho com criança durante a contratação dos profissionais para compor o quadro funcional das instituições de ensino. Todavia, é de fundamental importância que, os profissionais sejam qualificados para exercer a função e elaboração das atividades necessárias para um bom desenvolvimento das crianças que frequentam os espaços de atendimento a educacionais.

Frente a essa problemática que, desencadeou discussões importantes para o avanço no campo da educação, foram reformuladas as exigências sobre o perfil e escolaridade dos profissionais que formavam o quadro das instituições. Foram momentos de grande conflito e revolução nas políticas sociais, a população já compreendia que, o atendimento às crianças não deveria ser percebido como assistência social e, sim, como um dever do Estado e direito da família.

[...] Lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1998, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino. (OLIVEIRA, 2002, p.115).

Com essa afirmativa, o autor provoca a reflexão acerca da importância que a criança tem e deve ter em seu papel social. Nesta perspectiva a criança aparece como um ser social, histórico e, pertencente a uma fatia da classe social e, por isso, sofre influência cultural. Demarcando assim, a queda do formato de educação compensatória. Característica que, impelia do espaço escolar a responsabilidade de resolver os problemas da miséria que assolava grande parte da população do país.

. Com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) lei 8.069/90, os municípios passam a ser os principais responsáveis pelos cuidados com a infância e adolescência. Para tanto, foi criando as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, angariando assim, o estabelecimento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, para garantir, ainda

mais, as aditividades de proteção e efetivação de direito, foi criado a secretaria de Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente<sup>2</sup>.

O cuidado de alta qualidade é aquele capaz de gerar confiança e vínculo afetivo entre a criança e o adulto. Nesse sentido, a discussão sobre o tema visa a que as famílias e outras pessoas que cuidam delas, como educadoras de creches e pré-escolas, compreendam que, mediante o cuidado, a interação e a brincadeira, estabelecem-se vínculos afetivos significativos e essenciais ao bem-estar infantil. (KRAMER, 2002).

Sendo assim, pode-se considerar que, o atendimento institucional à criança pequena, no Brasil, sofreu grandes divergências até chegar a sua real finalidade social. É compreensível, pois, grandes partes dessas instituições nasceram com o objetivo de atender exclusivamente às crianças de baixa renda com caráter meramente assistencialista. Por isso, Kramer (2002) afirma que: estão presentes, hoje, “no ideário escolar, não só a visão de deficiência da criança das classes populares, da inferioridade de sua cultura como a inadequação de sua família”.

Deve-se considerar que, é no ceio familiar que, precisamente, a educação tem início, portanto, a educação está diretamente comprometida com valores éticos e morais construídos a partir do modelo passado pela família: “educar não é somente informar, transmitir conhecimentos, mas também integrar o educando em uma cultura com características particulares, como a língua, as tradições, as crenças e os estilos de vida de uma sociedade”. (FACUNDES, 2001, p. 17).

Pode-se considerar que, exatamente por essa razão, o uso de creches e programas de pré-escolas como estratégia para combater a pobreza e resolver os problemas ligados à sobrevivência das crianças, não conseguiu sustentação. O que se percebe nessa trajetória são as confusões de papéis e funções que, tanto a família, quanto as instituições exerciam nesse contexto. Sendo assim, a máxima que demarca o trabalho institucional foi cristalizada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda e, por isso, perpassa gerações com a marca de uma educação infantil vinculada à

---

2 <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/02.pdf> Consultado em: 19/03/2016 às 22h.

defasagem e escassez do cenário pós-guerra que originou o surgimento dessas instituições e, assim, suscitando que a criança nada pode adquirir, educacionalmente, nesses ambientes vêm consolidando o mito sobre não haver aprendizagem formal para as crianças de 0 a 3 anos.

[...] Ao realizar o levantamento histórico, do surgimento de todo o processo educacional desde as primeiras civilizações, observa-se as evoluções que cada grupo social, no âmbito da educação desenvolveu para atender as necessidades vigentes da época, descobriram-se as mais variadas formas educacionais que foram sendo aprimoradas ao longo dos séculos em consonância com as mudanças políticas, econômicas, religiosas e morais que cada civilização sofreu e o mais impressionante destas descobertas foi perceber a influência que alguns povos tinham sobre os costumes, a cultura e a forma de educação de outros, em decorrência de invasões territoriais, conflitos e domínios políticos, situações comuns a época. (SOUZA, 2007, p. 72).

Com essa perspectiva, pode-se considerar que o maior desafio do pleno estabelecimento da educação infantil é a busca pela valorização da área pelo estado e comunidade, pois é sabido que as necessidades por atendimento às crianças vêm aumentando consideravelmente, como desfecho do cenário capitalista que domina o país. Para tanto, as instituições têm inovado suas propostas e modalidades metodológicas na tentativa de viabilizar um espaço sadio e focado na estimulação das habilidades da criança por meio de atividades lúdico-pedagógicas. A proposta é pensar a educação a partir da interação família e escola na busca por um bom desenvolvimento intelectual e social de seus filhos.

Após a LDB (Lei nº 9.394/96), muitas discussões sobre a formação do profissional foram realizadas junto a algumas reformas no ensino voltado para docência na educação infantil. No caso da educação infantil oferecida pelo estado de Pernambuco, serão destacados os gráficos evolutivos pautados na inclusão da LDB à prática em execução em 2015. Para uma melhor compreensão será eleita uma cidade, específica, para que a partir dela sejam analisadas algumas escolas num dado bairro. O intuito é averiguar o cenário e prática da educação infantil na contemporaneidade, com a lógica

de evidenciar a partir do pressuposto desta pesquisa se as escolas estão preparadas para receber as crianças para formação e se de fato é importante ingressar a criança, ainda na primeira infância no espaço pedagógico.

## **OS NOVOS MODELOS DE CRECHES E PRÉ-ESCOLA COMO CENÁRIO IMPORTANTE PARA A CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Pode-se pensar a escola como uma instituição especialista em criar elos a partir do compartilhamento de informações que perpassam e sustentam a aprendizagem infantil, trata-se de um espaço de mediação de conhecimento que, são originários de estudos anteriores. Seu maior suporte de propagação e produção científica são os diversos modelos de instituições de ensino, tendo como as mais populares as escolas e as universidades. Porém, comumente é fácil encontrar maus entendidos acerca de sua real finalidade, muitas vezes, pessoas acreditam que é papel da escolar formar os indivíduos em todos os aspectos.

Esse pensamento equivocado tem levado estudiosos a elaborarem modalidades educacionais a partir de práticas pedagógicas. Tais estratégias servem para trilhar caminhos na construção de sentido, direcionando e dividindo o processo de construção e formação das crianças. Para melhor situar o leitor, pode-se recorrer às contribuições do dicionário Aurélio<sup>3</sup> (2001, p. 281) no que diz: “a escola é um estabelecimento que pode ser público ou privado, local originalmente pensado para a ministração de um ensino coletivo”.

Eis o maior desafio que compete à escola, encontrar formas de transmitir o conhecimento de forma atraente e criativa que, consiga apreender o interesse dos alunos pelos conteúdos repassados. Daí pode-se conceber as contingências que circulam as atividades educacionais que, acaba por repercutir no formato do espaço pedagógico, como por exemplo, as creches escolas ou as escolas de educação infantil, propriamente ditas. Sendo assim, muitos autores têm se preocupado em chamar a atenção

---

3 Consultado: [http://www.ebanque-pdf.com/fr\\_dicionario-aurelio.html](http://www.ebanque-pdf.com/fr_dicionario-aurelio.html) em: 17/03/2016 às 19h.

para a necessidade de humanizar o espaço educacional e as técnicas de ensino aplicadas nas escolas.

Entretanto, mais do que saber a média de crianças existentes em cada turma ou a razão que leva cada criança ao espaço educacional, cada vez mais cedo, é importante analisar as demandas que impelem aos pais a buscar por essa alternativa, bem como, as ofertas das escolas, creches e novos hotezinhos-escola no tocante a real necessidade da criança em seu estágio de desenvolvimento. O Intento é compreender se há garantias de uma boa adequação, cuidado e satisfação na educação dessa criança. Portanto, deve-se considerar o caráter fundamental de uma análise sobre o tempo que as crianças podem adentrar e permanecer nas instituições com foco pedagógico, como assinala Oliveira (2005):

[...] A criança passa a ter direito a uma educação que vá “além” da educação recebida na família e na comunidade, tanto no que diz respeito profundidade de conteúdo, quanto na sua abrangência. Por outro lado a educação, em complemento à ação da família, cria a necessidade de que haja uma articulação entre família, escola e a própria comunidade na construção do projeto pedagógico da creche (OLIVEIRA, 2005, p. 37).

Com base no exposto, pode-se refletir a influência do período de permanência da criança no espaço educacional, principalmente no que se refere à creche. O intento é chamar a atenção para a influência que a convivência poderá exercer sobre a criança no mais amplo sentido, seja nos aspectos físicos e emocionais da criança, seja na ideologia que irá construir positiva ou negativamente. Diante dessa reflexão, vale ressaltar a importância de estudos focados na área da Educação Infantil, considerando que seus resultados poderão servir de suporte para fortalecer ou subsidiar o entendimento sobre as contingências e vicissitudes que esse universo abrange.

Atualmente é possível encontrar diversas pesquisas que auxiliam nos avanços em relação à temática das escolas e creches sobre a educação infantil, principalmente, após o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, momento que marcou o avanço da Educação Infantil. Kappel (2001, p.1) afirma que o desinteresse sobre a Educação Infantil antes dos anos de 1980 se justificava pela

“suposição de que a verdadeira educação começava na primeira série do Ensino Fundamental”.

Para verticalizar o conceito de educação frente ao pressuposto teórico notocante ao desenvolvimento intelectual da criança, recorreram-se as contribuições de três dos mais influentes pesquisadores do desenvolvimento e educação infantil; asaber, Jan Piaget, Liev Vygotsky e Paulo Freire. Seus pensamentos contemporâneos e estratégicos têm auxiliado na construção de novas práticas pedagógicas, observações sobre a criança e modalidades de intervenção na educação infantil.

## **SOBRE A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: O QUE IMPLICA À EDUCAÇÃO INFANTIL**

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja atua prática. Paulo Freire (1997)

Para falar de Educação Infantil deve-se olhar para esse universo em seu sentido, mais amplo e, levar em consideração todas as modalidades educativas vividas pelas crianças no estágio da primeira infância, desde sua vivência no contexto familiar até sua inclusão nos espaços sociais. Pois, o que se têm percebido a partir das reflexões teóricas é que, o processo de aprendizagem se dá, antes mesmo, da criança atingir a idade obrigatória para a escolaridade. As teorias que falam sobre o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem pela qual todo indivíduo precisa passar para constituir sua intelectualização, como descreve Kuhlmann, (2003, p.469 apud Barreto<sup>4</sup>) diz que:

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere

---

4 Extraído: [http://need.unemat.br/4\\_forum/artigos/luciani.pdf](http://need.unemat.br/4_forum/artigos/luciani.pdf) em 14/10/2015 às 23h

à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

Essa reflexão coloca em cheque o ponto de vista reducionista que destaca a educação infantil como a frequência regular a um estabelecimento educativo exterior ao domicílio. Quer dizer, quando a criança passa a frequentar o espaço escolar, atendida pedagogicamente entre 0 e 5 anos de idade, como ocorreu durante muito tempo no Brasil. Por esta razão, a Constituição de 1988 define de forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas tendo como educação não-obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV).

Esse processo de ingresso da criança no âmbito educacional tem passado por diversas modificações e aprimoramento decorrente de pesquisas expressas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>5</sup>: (Lei 9394/96), suas normas regem que, toda instituição educacional que atende crianças de 0 a 3 anos deve ser entendida como Creche e, as instituições que atende crianças de 4 a 5 anos de idade deverão ser denominadas de Pré-escola. De acordo com a Lei no 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o ensino fundamental passa a ser de nove anos de duração e não mais de oito.

Sendo assim, as crianças que já fizeram seis anos de idade completam, deverão ingressar obrigatoriamente no ensino fundamental e, não na pré-escola como foi durante décadas. No artigo 29 da LDB ressalta que:

[...] A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. No art. 30 a Educação Infantil será ofere-

---

5 Consultado: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192). Em 14/10/2015 às 23:42h.

cida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. No art. 31. Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental (LDB, *ibidem*).

Diante disso pode-se considerar que o papel do educador no processo de educação infantil tem lugar preponderante e, específico, seu foco se dá na organização e aplicação das atividades com o intento de contribuir de forma efetiva no desenvolvimento da criança durante sua formação na primeira infância. Não por acaso, o referencial curricular nacional que toca as questões da educação infantil atenta para as vicissitudes que enlaça a prática pedagógica e, diz:

Cabe ao professor individualizar as situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considerando suas capacidades afetiva, emocionais, sociais, cognitivas assim como os conhecimentos que possuem dos mais diferentes assuntos e suas origens socioculturais diversas. Isso significa que o professor deve planejar e oferecer uma gama variada de experiências que responda, simultaneamente, às demandas do grupo e as individualidades de cada criança (LDB, *ibidem*).

O que a explicação fundamentada na lei nos mostra com tais palavras é que, o fator fundamental que designa a distinção das crianças frente os adultos, é conferida por seu estágio evolutivo, todavia, cada criança carrega sua singularidade como divisor de águas para distinção entre a forma de evolução que se dá umas das outras. Daí o porquê que cada uma possui um ritmo de aprendizagem e tempo diferente. Então, é preciso preparo por parte dos professores, visando promover às crianças uma educação baseada na condição de aprendizagem possível a cada uma, considerando as singulares e contingências próprias a cada indivíduo.

A problemática que descreve o processo de desenvolvimento intelectual infantil postulada por Jean Piaget, biólogo suíço que viveu entre os anos de 1896 e 1980 e que, interessou-se por in-

investigar o modo como acontece e se processa o conhecimento lógico-abstrato do indivíduo que se constitui desde o início da sua vida e segue até a idade adulta. Para alcançar seu objetivo teórico, o biólogo consolidou seus trabalhos de pesquisa, escrevendo uma série de livros e artigos com intuito de construir uma teoria embasada na biologia e epistemologia<sup>6</sup> genética. Contudo, o autor propõe que, o conhecimento na criança não procede nem da experiência “única com objetos ofertados às suas experiências, nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas” (PIAGET, 1976). Com base nessa perspectiva, pode-se considerar que, o processo evolutivo das características genéticas que ocorre no homem é proveniente de uma origem biológica que é ativada pela ação e interação do organismo com o meio ambiente.

Por isso, o teórico considera fundamentais as relações de troca que o sujeito estabelece com meio e, atesta que essa atividade culmina num processo de adaptação. Piaget descreve as fases do processo de constituição e organização cognitiva a partir de estágios e, chama a atenção para os mecanismos: acomodação e equilíbrio que, são termos utilizados para designar o processo de desenvolvimento que ocorre no homem. Em seu esquema o autor relata que as duas etapas operam juntas na promoção do equilíbrio e crescimento cognitivo do desenvolvimento físico e social do indivíduo, essa junção na relação constitui uma interdependência entre o sujeito conhecedor e o objeto a conhecer, como encontramos em Piaget (1976).

- Estágio Sensório-Motor: fase que se estabelece do nascimento do indivíduo até 2 anos de idade. Trata-se da etapa do desenvolvimento que, o bebê vai gradualmente se tornando capaz de executar atividades em relação ao ambiente por meio de atividades sensório motoras. Ou seja, a criança sai do nível neonatal, marcada por uma herança de reflexos inatos e, entra numa fase em que ela pre-

---

6 O trabalho epistemológico do suíço Jean Piaget foi uma das principais contribuições ao entendimento de como o ser humano se desenvolve ao longo da vida psíquica. A Epistemologia Genética proposta por ele é, essencialmente baseada na inteligência e na construção do conhecimento e visa responder à questão não só de como os indivíduos, sozinhos ou em conjunto, constroem conhecimentos, mas também por quais processos e por que etapas eles conseguem alcançar sucesso, o teórico pretendia definir, a partir da perspectiva da biologia, como o sujeito passaria de um conhecimento menor anterior para um nível de maior conhecimento. (PIAGET, 1973).

cisa ser capaz de organizar motora e perceptivelmente de consciência da criança sobre o meio externo.

- Estágio do Pensamento Pré-Operatório: se estende dos 2 aos 6 anos de idade. Momento em que a criança interioriza as informações de pertença com relação ao meio, agora a criança consegue representar as imagens mentalmente de forma organizada. É por meio dessa representação que o sujeito cria as condições necessárias para a aquisição da linguagem, mediante a capacidade de construir símbolos e produzir significados acerca das informações sgnicas que montam os cenários sociais que estão inseridos. Por isso, a característica de egocentrismo aparece forte nas crianças, elas não possuem a capacidade de vislumbrar as consequências de suas ações ou compreender o sentido da lógica. Conseguem alcançar a conservação, mas ainda não conseguem manipular as informações mentalmente. Nesse momento é fácil observar o animismo e, a linguagem que se dá como monólogo coletivo.

- Estágio Operatório Concreto: esta fase ocorre geralmente a partir dos 6 aos 12 anos de idade. O autor descreve que, após as equilibrações sucessivas, há um desenvolvimento cognitivo das operações mentais das crianças que, começa a operar logicamente sobre os eventos concretos. Mesmo assim, a criança encontra dificuldades de lidar com conceitos hipotéticos e abstratos. Esses fenômenos implicam diretamente na capacidade de combinar, separar, ordenar e transformar significações envoltas em objetos ou ações que a criança mantém relação, bem como, sua noção de reversibilidade e raciocínio silogístico. Neste momento, a criança tende a apresentar um declínio das características de egocentrismo, ela já começa socializar atividades em grupos, reconhecendo ou estabelecendo uma liderança. Agora, ela já compreende regras e estabelece compromissos, se apropriando de uma linguagem comum e direcionada ao grupo. Todavia, ainda tende haver evidências de inabilidade para entender pontos de vista diferentes.

- Estágio Operatório Formal: Acontece a partir dos 12 anos de idade e prevalece por toda a vida, até o declínio da velhice. Nessa etapa o indivíduo desenvolve capacidade de articular conceitos, mais, abstratos envolvendo o pensamento, propriamente dito. Nessa pode-se evidenciar a presença do pensamento hipotético, dedutivo e do raciocínio lógico, com a capacidade de resolução de problemas.

Nascimento do pensamento sistemático; aí a linguagem já se demonstra desenvolvida, articulada intelectualmente viabilizando discussões lógicas e fechamento de ideia, período em que se consegue identificar a maturação da inteligência do indivíduo.

Sendo assim, pode-se dizer que o desenvolvimento cognitivo, no pressuposto Piagetiano, se dá fundamentalmente como um processo de equilibrações sucessivas que visam conduzir as atividades mais complexas de agir e de pensar do indivíduo. Diante dessa discussão, pode-se compreender a força da influência teórica de Jean Piaget para o campo da educação e desenvolvimento infantil. Mais especificamente, “o papel ativo do homem no processo de aquisição e elaboração do pensamento” (ANTUNES, 2012, p.24).

Mas no tocante ao critério de desenvolvimento, é importante lembrar as considerações de Lev Vygotsky, psicólogo e pedagogo que, deu início a suas construções teóricas no final da revolução Russa, o psicólogo Russo, absorveu influência do pensamento Marxista e assegura que: “tudo é histórico. Sua lógica atesta que, todas as experiências de maturação e aprendizagem são frutos de um processo e que, é por meio das mudanças históricas na sociedade e na vida material que a natureza se modifica”, Vygotsky (1999).

Assim, pode-se perceber que as inquietações do teórico sobre o desenvolvimento da aprendizagem e a construção do conhecimento perpassavam pela produção da cultura, como resultado das relações humanas:

[...] A infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel (KUHLMANN, 2003, p.16).

Diante dessas constatações, os pesquisadores passaram a observar o desenvolvimento intelectual a partir das relações histórico-sociais. Para Vygotsky (1991), era preciso atentar para o co-

nhecimento que é socialmente construído pelas relações humanas. Para o psicólogo Russo, o homem possui natureza social visto que nasce em um ambiente carregado de valores culturais e, por esta razão, ele acrescenta que: “na ausência do outro, o homem não se faz homem”. Seguindo essa lógica e, somando seu pressuposto ao pensamento piagetiano, ele deu luz à uma teoria do desenvolvimento da inteligência, sustentando a máxima que atesta, o conhecimento como sendo via-de-regra intermediado.

Atestando com essa afirmativa que, a convivência social tem relevância fundamental e, interfere na transformação da condição de homem como ser biológico, para percebê-lo como ser humano-social e, assegura que, a aprendizagem surge por meio das relações experienciadas no contexto social e, que esta última, auxilia na promoção e introjeção do conhecimento, bem como, no desenvolvimento mental:

[...] “... o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, se convergem.” (VYGOTSKY, 1999, p.89).

Sendo assim, e seguindo as concepções do autor, pode-se considerar o papel de sua obra como sendo mola propulsora para o desenrolar de novas práticas pedagógicas e, assim, ele elabora seu método descritivo de avaliação na tentativa de sustentar suas proposições, vejamos a seguir os objetivos de sua teoria:

Sistematizar e caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento:

a) diz que o homem é um ser histórico-social, ou ainda, um ser histórico-cultural, sendo assim, o homem é moldado pela cultura que ele próprio cria;

b) O indivíduo é um ser determinado a partir das interações sociais. É por meio da sua relação com o outro que o indivíduo é determinado; portanto, é na linguagem e através dela que o indivíduo é determinado e passa a ser determinante para outros indivíduos;

c) a atividade mental é exclusivamente humana e é resultante da aprendizagem social, da interiorização da cultura e das relações sociais;

Pode-se compreender a partir das construções do autor que:

[...] há diferentes leituras da obra de Vygotsky e, portanto, são identificados, pelo menos, dois tipos de determinação do sujeito: a interação com outros sujeitos e a linguagem. Dessas determinações resulta o sujeito interativo, isto é, aquele que não é nem ativo e nem passivo, e que é constituído na e pela relação interpessoal, e o sujeito semiótico, “sujeito constituído na e pela linguagem, sendo que apareceu como sujeito resultante da relação (...), e como sujeito constituído na relação constitutiva eu-outro, numa relação dialética”. (MOLON,1995, p.106).

A teoria da aprendizagem proposta por Vygotsky, segundo Molon (1995), foi fortemente influenciada pelas ideias de Marx e Engels, mas principalmente pela dialética de Hegel e evolucionismo de Darwin e muitos outros pensadores do campo.

Estudou sistematicamente cada fase do desenvolvimento da criança e atribuíram a elas conceitos próprios para melhor situar os estágios.

De acordo com a teoria Vygotskyana, há um ponto fundamental que envolve o desenvolvimento das funções psicológicas superiores tratam-se do papel desempenhado pelo mecanismo de aprendizagem. Isso quer dizer que, para que o indivíduo consiga se desenvolver de forma satisfatória, há uma dependência do modo de relacionamento que o sujeito estabelece com seu grupo cultural. Nessa perspectiva, a aprendizagem é encarada como um processo que antecede o desenvolvimento, ampliando-o e possibilitando a sua ocorrência, como contribui Antunes (2012).

A mente humana, finalmente, foi aberta e o que hoje se conhece, ainda que intensamente distante do que sobre esse assunto se conhecerá dentro de dez anos, já nos permite intervir de forma positiva e, com ilimitada segurança,a-

firmar que as inteligências se estimulam, que as memórias respondem positivamente ao treinamento sistemático e que a linguagem que se desenvolve pode ser admiravelmente beneficiada com alguns poucos minutos de extrema dedicação e interesse (ANTUNES, 2012, p. 22).

Sendo assim, pode-se considerar que, o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento se influenciam mutuamente. De acordo com os estudos de Vygotsky (1979), as relações entre desenvolvimento e aprendizagem ocupam lugar de destaque, principalmente, no tocante a educação. Por isso, o psicólogo ressalta que, embora a criança inicie sua aprendizagem muito antes de frequentar o ensino formal, a aprendizagem escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento.

O teórico considerava a existência cognitiva a partir de dois níveis de desenvolvimento, sendo que, de um lado; corresponde a toda atividade que a criança consegue elaborar sozinha e, por outro; a dinâmica que orienta às capacidades que estão sendo construídas - refere-se a tudo aquilo que a criança poderá realizar com a ajuda de um adulto.

Quando uma palavra nova é aprendida pela criança, o seu desenvolvimento mal começou: a palavra é primeiramente uma generalização do tipo mais primitivo; à medida que o intelecto da criança se desenvolve, é substituída por generalizações de um tipo cada vez mais elevado – processo este que acaba por levar à formação dos verdadeiros conceitos. O desenvolvimento dos conceitos, ou dos significados das palavras, pressupõe o desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar. Esses processos psicológicos complexos não podem ser dominados apenas através de aprendizagem inicial. (VIGOTSKY, 2005, p. 104).

A partir das contribuições citadas nas reflexões destacadas ao longo do texto, pode-se compreender o elo que a teoria Vygotskyana mantém com o campo da pedagogia e educação infantil. Portanto e, seguindo os pressupostos orientados por Piaget e Vygotsky, é possível acrescentar a proposta pedagógica de Paulo Freire, para assim, tentar uma interlocução com a importância e o papel

das modalidades pedagógicas no âmbito da educação infantil na contemporaneidade.

Retomando as contribuições de Paulo Reglus Neves Freire, um pernambucano, pedagogo nascido na cidade do Recife que, foi um dos mais célebres educadores brasileiros, com atuação e reconhecimento internacional. O pedagogo é popularmente conhecido, principalmente, pela criação de um método para alfabetização de adultos que recebeu seu nome. O teórico desenvolveu um pensamento pedagógico e de cunho explicitamente político. Seu maior objetivo com relação à educação foi conscientizar o aluno, provocar reflexão crítica sobre sua experiência.

Seu foco foi, claramente, abordar a parcela desfavorecida da sociedade, objetivando conduzi-la ao esclarecimento sobre sua condição de opressão social, para que assim, essas pessoas pudessem alcançar, por assim dizer, sua própria libertação. Ou seja, quebrar as amarras da alienação e limitação que o desconhecimento lhes aprisiona. Não por acaso, seu trabalho mais reconhecido, foi intitulado; *Pedagogia do Oprimido*, carregando intrínseco à sua elaboração os conceitos que permeiam grande parte de suas obras que, de acordo com Moreira (2011), “é uma pedagogia que não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores, pois se partisse deles faria dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantendo e encarnando a própria opressão”.

Freire propôs uma prática de sala de aula que pudesse desenvolver a criticidade dos alunos, ele condenava as técnicas de ensino oferecidas nas escolas para classe proletária. Contudo, a educação fornecida pela classe burguesa, o autor denominou de educação bancária, porque nela, o professor age como quem deposita conhecimento num aluno apenas receptivo, dócil, prática de um saber tido como uma doação por parte dos que se julgam seus detentores.

O educador que castra a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. A autonomia, a dignidade e a identidade do educando tem de ser respeitada, caso contrário, o ensinotornar-se-á inautêntico, palavreado vazio e inoperante. E isto só é possível tendo em conta os conhecimentos adquiridos de experiência feitos pelas crianças e adultos antes de chegarem à escola (FREIRE, 1983, p. 40).

Diante dessa reflexão, Freire<sup>7</sup> (1983) em seu livro: Educação como Prática da Liberdade garante que a metodologia explícita na reflexão anterior, trata-se de uma escola de promoção e instituição alienante. Não por acaso, no âmbito da educação infantil, o termo: pedagógico têm, cada vez mais, provocado discussões importantes que atentam para o papel e prática que a palavra envolve. Eis o desafio que ultrapassa gerações o modo de aprimorar uma pedagogia voltada para a educação própria à infância. Trata-se de uma prática que possa viabilizar e promover aprendizagem a partir de artifícios sócio-culturais ofertados pela cultura, objetivando alcançar o que está para além do contexto das salas de aulas, provocando novos olhares e reflexões sobre o universo ao qual o sujeito está inserido.

O que a proposta do pedagogo pernambucano sugere, portanto, é a possibilidade de se pensar a pedagogia da educação na infância numa perspectiva interdisciplinar que mescle o sujeito que está no lugar do saber – o professor –, com o saber empírico que o aluno carrega de suas experiências para, assim, consolidar uma articulação e desenvolver elementos para a produção de um conhecimento científico, como reflete Freire (1983):

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem. O coordenador, quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de “professor” e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, “a de coordenar, jamais influir ou impor”. (FREIRE, 1979, p. 5)

---

<sup>7</sup> Além dos Livros: Pedagogia da autonomia e Pedagogia do Oprimido foram extraídas ao longo das pesquisas Informações adicionais das publicações no site: <http://www.paulofreire.org/o-instituto-paulo-freire>

O que o autor parece frisar com essa reflexão é que, para se estabelecer a instituição de uma pedagogia da educação no tocante à infância no que diz respeito às questões socioculturais, torna-se fundamental um olhar voltado para a participação e consciência dos educando. Ora uma pedagogia que busca valorizar, nas crianças, a construção de sua identidade pessoal e, que estabelece a sociabilidade, certamente terá como resultado um aprendizado pleno e consciente dos direitos e deveres que competem ao ser social (Oliveira, 2002, p. 80).

Assim, pode-se articular esse pensamento com a prática que constitui a Educação Infantil na contemporaneidade para considerar a hipótese de que, a aprendizagem na infância é constituída decorrente de atividades elaboradas de forma estratégica numa modalidade de espaço e tempo focado num trabalho específico para a criança na primeira idade. Levando em consideração seu lugar de sujeito de direitos, de desejo e ativo na construção do conhecimento. Diante desta perspectiva parece possível atentar para a inclusão de uma pedagogia da Educação voltada para a infância, onde a escola poderá assumir o papel de promotora do cenário de espaço/tempo do trabalho que irá se desenvolver entre educadores e educandos.

A ideia é uma pedagogia que, suscite da escola, mais que um mero espaço de transmissão de conhecimento entre os indivíduos. Ou seja, implantar um modelo pedagógico focado no exercício pleno da educação infantil, cuja prática esteja ancorada “nos princípios da cidadania inclinada para os processos de emancipação dos educandos, com intuito de contribuir para a construção moral e intelectual do ser humano” (Souza, 2000, p. 38).

Até aqui foram apresentados os pressupostos que nortearam e auxiliaram na construção das práticas pedagógicas que orientam e promovem a educação no mundo. Esse retorno histórico foi fundamental para embasar e direcionar o objetivo maior dessa pesquisa, pois esse apanhado visa compreender se o ingressar a criança na primeira infância no ambiente educacional é uma atividade produtiva e eficaz para o processo de aprendizagem infantil.

No capítulo a seguir discorreremos sobre o exercício da educação no Brasil e, mais precisa-

mente, na cidade de Jaboatão dos Guararapes localizada no estado de Pernambuco, o intento é explicar sobre os critérios e modalidades utilizadas nas escolas da região, como serão descritas a seguir.

# Capítulo 3

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E A FORMAÇÃO MORAL DA CRIANÇA



Quando se reflete sobre a educação brasileira deve-se considerar que, trata-se de um campo que vêm sofrendo fortes transformações com o avanço cultural e tecnológico das últimas décadas. Essa evolução resultou num aumento significativo do número de pessoas que tiveram acesso às escolas, bem como, a conclusão do nível médio de escolarização em todo o país. No entanto, estas transformações não correspondem ao índice almejado para reconhecer o país a um nível educacional necessário, seja do ponto de vista da consolidação da equidade que confere aos indivíduos igualdade nas oportunidades para acesso à educação, seja no reconhecimento e obtenção de uma profissão e formação.

Sendo assim, esse capítulo será dedicado à apresentação em linhas gerais, das características e modalidades do sistema educacional brasileiro, mais especificamente, do estado de Pernambuco na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Os debates que envolvem as políticas públicas brasileiras têm sido marcados pelo confronto comparativo sobre o funcionamento do Brasil do passado frente ao cenário atual brasileiro. Diversas pesquisas apontam para o avanço do país nos últimos 60 anos, pois tínhamos uma nação eminentemente agrícola e, com alto índice de analfabetismo e mortalidade infantil.

É preciso considerar que frente aos relatos da história não resta dúvidas de que o cenário nacional mudou - e mudou para melhor. Hoje é possível conhecer e entender as características de formação das Políticas públicas e os movimentos sociais que lutam por melhorias nos diversos setores da economia brasileira. Os governos têm atuado de forma determinante e, por isso, merece reconhecimento de sua fatia de contribuição. Porém, vale ressaltar que o motor que impulsiona os avanços remete as diretrizes da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>.

A constituição de 1988 é a atual carta magna da República Federativa do Brasil. Foi elaborada no espaço de 20 meses por 558 constituintes entre deputados e senadores à época, e trata-se da sétima na história do país desde sua independência. Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, ganhou quase

---

1 Fonte: BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Arquivado em: Brasil Republicano, Direito - Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) - acessado em 15/03/2016 às 21:50h.

que imediatamente o apelido de constituição cidadã, por ser considerada a mais completa entre as constituições brasileiras, com destaque para os vários aspectos que garantem o acesso à cidadania. [...] diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “ A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Essa constituição é o resultado dos esforços e lutas da história brasileira e, acima de tudo, é a representação de um processo político que culminou na construção da Carta Magna que, mediante as proposições de elementos determinantes para a sistematização das diretrizes e regras de objetivos democráticos, teve a função de orientar a atuação de agentes públicos, tais como: sociedade na categoria civil, partidos de trabalho político e, acima de tudo, o investimento e a participação do Estado.

Todavia, o país não alcançou a autonomia esperada pela proposta da constituição e hoje em 2016, vive-se a plena contradição de seu exercício: o flagrante descumprimento dos ditames constitucionais. Mais especificamente, no universo político e educacional que, toca diretamente no objeto desta pesquisa. Pode-se considerar que, ao designar, como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado, o ingresso em creches e pré-escolas, a constituição designa, também, uma obrigação de competência do sistema educacional e, portanto, cabe ao mesmo, garantir e gerar possibilidade para amparar as crianças que buscam as unidades, como garante o artigo 54, inciso IV. Da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 ratificou que “é dever do Estado assegurar [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos” 2 Redação modificada a partir do sancionamento da Lei Federal nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que regulamenta a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu artigo 4º, inciso IV, confirmou, mais uma vez, o atendimento gratuito em creche e pré-escola como dever do Estado. Também estabeleceu que o atendimento a essa faixa etária está sob a incumbência

dos municípios (artigo 11, inciso V), determinando que todas as instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, estejam inseridas no sistema de ensino. As ações devem ser implantadas principalmente pelos municípios, cabendo aos Estados executá-las de forma complementar.

Como vêm sendo citado ao longo desse trabalho, vale ressaltar que, após a Constituição surgiram leis no âmbito da Saúde e da Assistência Social, compreendendo a prioridade do atendimento à criança de 0 a 6 anos nessa área de atuação. A educação infantil através da implementação da LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais a partir de propostas de caráter pedagógico, com o apoio da união e a coordenação da Política Nacional de Educação, cabendo ao município o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas.

Vale lembrar que, ao Município compete, também, implantar normas complementares às leis superiores para credenciar, autorizar e supervisionar os estabelecimentos de sua rede e sistemas de ensino, como sugere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96<sup>2</sup>. Em decorrência dessas formulações a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica no Brasil (MARAFON, s/d. p. 20).

Diante dessa discussão, vale chamar a atenção para a lacuna que insiste em não ser fechada, a saber, alfabetização. Que por determinação constitucional, deveria ser universalizada desde 1998, mas que, encontra-se, ainda hoje, em evidencia com mais de 14 milhões de brasileiros analfabetos. Esses fatos podem ser associados às falhas da educação primária que, seja em escolas públicas ou privadas, apresentam índice de pouca aprendizagem na educação básica, primária.

Diante dessa problemática, essa pesquisa reflete criticamente convocando debates do tocante ao embate sobre os paradigmas que perpassam o sistema educacional brasileiro e, por isso, não pode se reduzir tais vicissitudes à mera comparação de como a pedagogia era antes e o como, esta, se consolida no contexto atual. O caráter fundamental que envolve essa discussão está para além da simples execução das obrigações e atendimento das unidades educacionais brasileiras, um mero exercício

---

2 Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12907:legislacoes>

comparativo não é capaz de fazer avançar a consolidação com base nos direitos humanos que há décadas luta-se por seu reconhecimento, como comenta Antunes (2012):

[...] a aprendizagem, sepultam de forma definitiva dois preconceitos tradicionais que produziam o sentido do trabalho pedagógico com crianças do nascimento até os 6 anos de idade. O primeiro é que a criança ainda não aprendia significativamente, e por isso para ela não era necessário frequentar uma “escola de verdade”, bastando apenas uma pré-escola, isto é, um espaço de aguardo, um depósito de esperança para o amadurecimento (ANTUNES, 2012, p. X<sup>3</sup>).

Frente a construção explicitada pelo autor que, não é apenas pedagógica, mas acima de tudo, ideológica, essa pesquisa propõe a partir de uma revisão teórica uma reflexão sobre o mito que circunda os espaços de educação infantil. E diante das novas modalidades educacionais, propostas e atividades ofertadas pelas escolas, vale refletir se ingressar as crianças na escola para experienciar os processos de aprendizagem e socialização, bem como, dar início ao seu exercício pleno de cidadania como garante a constituição vigente no país, a qual, assegura esses indivíduos dos benefícios patrocinado pelo estado trata-se de uma escolha relevante por parte dos pais e eficaz por parte das instituições de ensino infantil.

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL E ÀS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS: A CRIANÇA E O CONTEXTO ESCOLAR**

O trabalho de atendimento à primeira infância na contemporaneidade implica num processo extenso e bastante complexo, pois envolvem as mais diversas diretrizes políticas, setores e instâncias governamentais e instâncias e privadas, bem como, ONGs e movimentos que promovem e reclamam

---

3 Nota de edição exposta na primeira capa como reflexão à leitura pelo autor: Antunes 2012.

por educação, saúde e nutrição, assistência social e proteção para a criança e adolescente, ora esses indivíduos são os futuros cidadãos brasileiros.

Não poucas vezes os pais nos procuram solicitando a recomendação de uma escola de Educação Infantil “ideal” para seus filhos. Respondemos que perguntas dessa natureza não abrigam respostas extremamente específicas que a melhor escola para esta ou aquela criança depende de inúmeros fatores genéricos e específicos, entre os quais seria necessário incluir a localização geográfica da escola em relação ao lar, uma vez que criança nenhuma merece o suplício de imensos deslocamentos; os anseios da família quanto ao tipo de educação que gostaria de proporcionar à criança – leiga ou religiosa, privilegiando a ampliação de competências e linguagens ou o apego cognitivo, pública ou particular e ainda outras, muitas outras referências – os recursos materiais da escola e sua eficiente utilização e, sobretudo, o esmero com que são preparados os seus professores e outros funcionários (ANTUNES, 2012, p.49).

Não por acaso, o autor provoca reflexões acerca dos serviços que promovem o atendimento à criança, principalmente, na primeira infância que, precisam levar em consideração as configurações do ambiente em que a criança será inserida. Por esta razão, a UNESCO<sup>4</sup>, que, entre as suas missões, compromete-se a contribuir com as práticas dos Estados-membros, visando alcançar o primeiro objetivo da educação para todos, como descrito no artigo constitucional (UNESCO, 2001), ratifica a garantia de expansão e melhorias no cuidado e na educação da criança de 0 a 3 anos, principalmente no tocante aos contextos da fatia social mais vulnerável à educação.

A partir disso, vale citar o estudo realizado no ano de 2009 que, foi intitulado: *Caring and learning together: a cross-national study on the integration of early childhood care and education*

---

4 A sigla UNESCO significa United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), organismo integrado na Organização das Nações Unidas (ONU), criado, em 1946, a fim de promover a paz mundial, através da cultura, educação, comunicação, ciências naturais e as ciências sociais. O principal órgão decisório da UNESCO é sua Assembleia Geral, composta por representante de seus Estados membros. Consulta realizada em 06/03/2016 às 20:23h. Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/unesco/>

within education. A pesquisa avaliou o processo de integração no atendimento de crianças no setor educacional, em vários outros países dentre eles: o Brasil, Jamaica, Nova Zelândia, Eslovênia, Suécia e a cidade de Ghent, na Bélgica. Para subsidiar o proposto pelo estudo, cada país desenvolveu uma análise sobre o processo que estabelece a educação como o principal setor responsável por financiar e definir políticas públicas para oferecer e consolidar o atendimento e cuidado na educação para as crianças na primeira infância.

Com base no exposto do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (1999), bem como, no Plano Nacional de Educação (2001) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (2006) que, atentam para uma das consequências de integrar o atendimento da primeira infância ao setor educacional é a afirmação da educação infantil como um dever de Estado para com o direito das crianças a uma educação pública de qualidade.

Para melhor situar a perspectiva abordada, pode-se recorrer ao proposto pela constituição à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais que rege a Educação Infantil pela Resolução CNE/CEB número 5, de 17 de dezembro de 2009. Art. 5º que assinala:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como 5 espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

Com isso, pode-se considerar que o projeto viabiliza o reconhecimento da condição da criança e auxilia na constituição de sua compreensão sob o mundo, descobrindo-se como cidadã de direitos, para que de fato, possa assumir sua condição de sujeito sócio-histórico-cultural. A proposta visa um trabalho voltado para o desenvolvimento dos aspectos físicos, emocionais e cognitivos de forma geral.

A partir dessa perspectiva, surgem os desafios que, incitam a criação de ações interventivas que possam subsidiar a execução e elaboração de atividades pedagógicas como estratégia dos municípios para garantir práticas político- pedagógicas que facilitem uma concepção integral à criança. Essa iniciativa visa construir uma identidade sólida para o atendimento educacional, principalmente, no tocante ao rompimento com o modelo educacional de caráter assistencialista.

O profissional da Educação Infantil necessita conhecer todo esse processo pelo qual esse nível de ensino passou para compreender como ele é organizado hoje. A compreensão também é fundamental para que o atendimento às crianças seja íntegro e garanta tudo o que é de seu direito.[...] Muitos estudos vêm mostrando a importância desse período para o lançamento de alicerces de um desenvolvimento integral, sadio e harmonioso da criança, do jovem e do adulto. A produção acadêmica sobre o tema tem aumentado, bem como também a consciência da necessidade de uma política de educação infantil, integrada e articulada nas três esferas: União, Estados e Municípios. (COSTA, 1994, p. 65).

Toda essa discussão, provocada pelas afirmativas do autor, visa chamar a atenção, não apenas para o avanço das políticas e leis nesta área, mas acima de tudo, para a necessidade específica da condição de criança e das implicações que envolvem seu cuidado e, por isso, vale enfatizar a responsabilidade do profissional de educação. Pois, para garantir um exercício pleno e eficaz, ele precisará estar preparado e focado sobre os percalços que essa práxis envolve.

Atualmente, pode-se considerar que a Educação Infantil tem ganhado nova roupagem, ou seja, nomenclaturas, grade curricular e perfil para ingresso da criança em suas categorias pedagógicas dependente de cada instituição. Isso quer dizer que, mesmo não sendo uma modalidade obrigatória na grade curricular – pois não há exigência documental sobre a passagem da criança por esta etapa de ensino – os profissionais da área e as propostas das escolas atentam para a importância do processo de aprendizagem que, segundo autores contemporâneos, têm grande relevância na formação intelectual e cognitiva da criança.

Então, como afirma Oliveira (2005), “o profissional ideal pra a atuação na Educação Infantil deve ser capaz de integrar o cuidar, o educar, o brincar e, ainda, consiga assegurar à criança todos os direitos à educação”. Portanto, para alcançar um trabalho pedagógico que possa garantir o cuidar articulado ao educar como aspectos integrados só será possível mediados por um ambiente saudável, aonde a criança consiga sentir-se segura. Ou seja:

[...] é proporcionar aos professores de creches e pré-escolas o domínio de conceitos e habilidades necessários para se ter uma atuação junto às crianças, que seja promotora da aprendizagem e do desenvolvimento delas, no sentido de lhes assegurar o direito à infância. A ideia de formação continuada volta-se para a perspectiva de o profissional estar sempre preparado a pesquisar, seja para avaliar a própria prática ou as muitas formas de aprendizagem dos seus alunos. Participar de programas de formação junto aos colegas e trabalhar em articulação com a família e a comunidade. Essa perspectiva de educação continuada deve ser integrada pelo professor na instituição em que atua ou irá atuar (OLIVEIRA, 2005, p.8).

Assim, deve-se considerar que o processo de educação, não apenas a infantil, mas acima de tudo, o caráter essencial do educar que, precisa ser visto como uma tarefa contínua, na qual quem aprende, também ensina, mas só se pode ensinar ou promover ensinamento se primeiro for aprendido. Com isso, vale ressaltar que a criança na primeira infância está, exatamente, nesse processo, de maneira empírica, mas que oferece aos pais ou professores descobertas e dúvidas.

Na tentativa de melhor se aproximar e conhecer como se dá o processo, será abordado as fases do desenvolvimento infantil, para assim, tentar-se compreender como a criança organiza seu mundo a partir da aprendizagem e, como a escola pode intervir facilitando sua aprendizagem.

## **SOBRE O CONCEITO DE CRIANÇA E INFANTIL: COMO EDUCAR ESSES INDIVÍDUOS**

Para se estabelecer uma discussão acerca da criança numa pesquisa que envolve a criação e

aplicação de técnicas pedagógicas e políticas públicas voltadas para a aprendizagem do infante, torna-se fundamental desenvolver uma breve distinção sobre a concepção histórica e social que define o lugar da criança e, principalmente, como as teorias que estudam o desenvolvimento humano as abordam. Nessa perspectiva é necessário, ainda, em segunda instância, estabelecer a linha que demarca o conceito de criança frente a condição a sua condição infantil.

Por isso a Sociologia da infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero, etc. (SARMENTO, 2007, p.371).

Segundo as concepções expressas pelo autor, essa pesquisa tentará verticalizar os conceitos abordados a partir da problemática proposta, para tanto, a lógica será direcionada pelas contribuições do pensamento de Philippe Ariès de acordo com Costa (2007), do tocante ao embate das concepções acerca do conceito de criança e, a influência que a família estabelece sobre ela durante seu processo de constituição psíquica.

A autora relata que na Idade Média, a criança era vista como um adulto em miniatura e, por isso, não lhe era garantido ao longo de seu desenvolvimento, os cuidados que hoje sabe-se que para além de necessário, são específicos de seu estágio infantil. A educação, naquela época, orientava-se pela aprendizagem sob as rédeas e padrões do universo dos adultos, assim, “desde bem cedo, a criança passava a participar da vida e costumes dos mais velhos e, conseqüentemente, adentravam nos trabalhos e atividades sociais” (ARRIÈS apud COSTA, 2007, p. 7).

No início desta pesquisa quando realizado um esboço histórico sobre o surgimento das instituições de cuidado e atenção à criança, foi relatado que, a criança poderia ser vista até como um empecilho para os adultos que trabalhavam - Ora nesta fase esses indivíduos demandam cuidados

especiais, principalmente, quando bebês. E exatamente por isso, poucos sobreviviam como nos casos das sociedades agrárias, onde o labor era a prioridade. Para Costa (2007), foi a partir da entrada no período da Renascença, onde se deu a privatização do espaço doméstico – estabelecendo a diferença entre o público e o privado que – “a família passou a se estabelecer enquanto um grupo coeso, e a criança desde então pôde ser concebida em sua particularidade, passando a ser vista como o centro do grupo familiar”.

Nesse momento e, com a inclusão das leis, a educação passa a ser fundamental e de direito infantil, para isso, a escola e os professores ficavam responsáveis por integrar e mediar a interação da criança no espaço pedagógico a partir de práticas educativas como extensão da família visando à formação de sujeitos intelectualizados. E a partir dessa perspectiva novas problemáticas surgem, como descreve Bernardino (2006):

[...] todo sujeito humano constitui-se a partir do encontro entre um organismo e a linguagem, pela intermediação de um cuidador privilegiado. Trata-se, a rigor, de um encontro paradoxal, pois são dois campos totalmente heterogêneos. Por um lado, há um organismo dotado de uma natureza: disposições genéticas, reflexos inerentes à espécie, que se traduzem nas mais diversas “competências” do bebê; há a concretude de um corpo, com uma anatomia, uma fisiologia, um sistema nervoso. Por outro lado, há o campo Simbólico, a cultura, esta organização que se traduz em uma estrutura de linguagem que captura esse organismo: há a materialidade dos sons que constituem as palavras, mas são pura representação, ideias abstratas que só fazem sentido quando articuladas e referenciadas a um elemento organizador central (BERNARDINO, 2006, p. 28).

O que a autora intenta representar de forma brilhante, responde a estrutura infantil que opera na criança em seu processo de formação e instituição de identidade humana. Trata-se de um estágio do desenvolvimento em que a criança se orienta para o aprendizado mediado pela intervenção da linguagem e, essa função é vida-de-regra executada por três instâncias fundamentais ao qual a

criança está diretamente ligada. A primeira é a família que oferece o espaço onde o infante aprende seus primeiros valores, relacionamento afetivo e reconhecimento de grupo, por conseguinte a escola que opera na apresentação e interação da criança com a educação formal, pautada na cultura e valores sociais, cabendo ainda, a aplicação de técnicas para apreensão de conteúdos pedagógicos e, por fim, o Estado, instância responsável pela garantia de direitos, promovendo e assegurando o que a constituição propõe.

Diante dessa discussão pode-se conceber em que momento se instala a diferença entre criança e infantil, pois a criança responde ao sujeito que nasce já inserida em um grupo familiar, passiva e necessária à cuidados de um adulto que lhe possa prover. Quanto o seu caráter infantil, responde à sua formação psíquica, a articulação da linguagem e aprendizagem humana, pode-se dizer que, é por meio desse mecanismo que se instala no desenvolvimento da criança que, o indivíduo articula os afetos e os signos que lhes são ofertados e que lhe possibilita montar sua percepção de si e do mundo (BERNARDINO, 2006).

Pode-se recorrer as construções de Ferretti (2004) que, faz alusão ao pensamento de Rousseau (1929), que se tornou um dos principais filósofos do iluminismo e teve influência relevante para os estudos focado na formação do homem. A autora ressalta que, Rousseau “alia a noção de infância à ideia de um estado ao qual se pode retornar, retroceder: éramos feitos para sermos homens, as leis e a sociedade nos mergulharam novamente na infância”.

E continua suas formulações ressaltando que; “há um desconhecimento sobre a infância”, para propor melhor esclarecimento sobre o infantil. E salienta, “deve-se levar em conta aquilo que a criança é e aquilo que tem condições de aprender em sua singularidade e, ou seja, “ela é algo antes de ser homem” (FERRETTI, 2004, p.24)”.

Frente a discussão que demarca a condição e formação de sujeito que perpassa a infância, deve-se recorrer ao pensamento de Piaget (1999):

A criança troca realmente pensamentos com os outros, seja informando o interlocutor de qualquer coisa que passa a interessar a ele e influir sobre sua

conduta, seja havendo troca verdadeira, discussão, ou mesmo colaboração em busca de um objetivo comum. Se a criança se coloca no ponto de vista do interlocutor, se esse interlocutor não pode ser indiferentemente substituído pelo primeiro que aparecer, há informação adaptada; se, pelo contrário, a criança somente fala de si, sem se preocupar com o ponto de vista do interlocutor, sem nem mesmo se certificar de que esse último a escuta e compreende, há monólogo coletivo (PIAGET, 1999, p.9)

As formulações piagetianas, tocam no caráter comunicacional e intelectual que a criança precisa desenvolver de forma plena e saudável para ser inserida no universo da linguagem e, por assim dizer, no contexto social. Deve-se atentar a importância dessa fase de desenvolvimento infantil, pois, o que parece é que essa é a base na qual se instala e se promove o processo de aprendizagem, como sustentam, Piaget (1999) Vygotsky(1979) e Paulo Freire(1983), bem como diversos pesquisadores da área que foram e serão citados ao longo da escrita.

Essas formulações parecem ratificar sobre as construções que têm sido tecidas ao longo deste trabalho e, assim, pode orientar o objetivo maior desta pesquisa para a inclusão de informações prestadas por pais crianças e escolas na educação infantil, a partir de uma coleta de dados para a elaboração de uma análise discursiva com base nas propostas e vivências do grupo entrevistado, como serão discorridos a seguir.

# Capítulo 4

## OS IMPASSES E DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: MITO E REALIDADE EM 2015



[...] uma estrada científica admirável que explicaria o que o bom-senso já sabia “diz-me em que ambiente cresce uma criança e direi como será sua aprendizagem” Demonstrava-se o mito de que na Educação Infantil importa a criança apenas brincar, posto que somente mais tarde é chegada a hora de aprender. (ANTUNES, 2012, p.28).

Após discorrer sobre a trajetória do surgimento e desenvolvimento da educação infantil e, as instituições de garantia e promoção no atendimento à criança, bem como, as implicações teóricas sobre a formação psíquica e intelectual dos indivíduos durante a primeira infância, se faz necessário explicar sobre as concepções da linguagem e do discurso que eles envolvem. “A palavra como signo, como instrumento psicológico, modifica o desenrolar e a estrutura das funções psíquicas, gerando, por suas propriedades, a estrutura de novo ato instrumental, redimensionando as possibilidades da ação humana (VYGOTSKY, 1999, p. 53).

Pode-se considerar que, é por meio das atividades mentais que se articulam e se interagem os processos de constituição da aprendizagem para todos os indivíduos. Sendo assim, a linguagem, é por tanto, a maior mensageira da cultura e, dos artifícios sócio-históricos que tentam levar mensagens à os sujeitos direcionando-os a partir de seu contexto sócio-histórico. Como a teoria histórico-cultural de Vigotsky (1999) aponta; “o aprendizado inicia-se bem antes da entrada na escola”.

De acordo com a teoria Vigotskyana, as crianças já chegam às salas de aula carregadas de experiências e conhecimentos empíricos que são herança das fantasias e descobertas que surgem a partir dos conhecimentos que são apreendidos e mediados pelo convívio na cena familiar e, influência do contexto social. Diante dessa perspectiva, se instala um paradigma, pois essas informações e habilidades parecem apontar para a capacidade que está para além do desenvolvimento mental que a criança normal pré-dispõe. Portanto, a escola, parece ocupar um lugar para aprimoramento e incentivo da aprendizagem formal e moral.

Então, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança parecem se dá num processo de inter-relação que ocorre desde os primeiros momentos da vida da criança. Para compreender os me-

canismos que sustentam essa inter-relação, “deve-se considerar a área de desenvolvimento potencial da criança”, como descreve Vigotsky (1998) e acrescenta que; o maior resultado dessa teoria “é que esses conhecimentos adquiridos constituem o gérmen para os desenvolvimentos posteriores de vários processos internos e altamente complexos no pensamento das crianças”. (VIGOTSKY, 1998, p. 118).

As reflexões acerca do trabalho de Vigotsky provocam o caráter complicador que se instala entre o educar, com base no ensino – construção de conhecimento – frente à os dispositivos que a criança carrega intrínseca a sua condição, todavia, a aprendizagem precisa ser construída de acordo com o nível de desenvolvimento do aluno. Eis o paradoxo que sustenta a crítica sobre as escolas tradicionalistas que, asseguram que desenvolvimento mental só ocorre quando a criança consegue realizar sozinha, as tarefas a ela designada, isso quer dizer; sem o auxílio de um facilitador.

Todavia e, com a ampliação do olhar para a fase mais importante do desenvolvimento intelectual humano, atualmente, os pressupostos parece tornarem-se outros. No tocante às atividades que uma criança realiza auxiliada por alguém ou por algum objeto, como por exemplo; segurar o talher ou ouvir uma história contada, para os teóricos; Piaget (1999) e Vigotsky (2001) diz que; tais atividades, certamente, surtirá benefícios positivos para o sujeito em construção, no que se refere a aprendizagem por repetição e convivência afetiva, auxiliando diretamente nonível de desenvolvimento mental e linguístico da criança.

O significado é um traço constitutivo da palavra, é a própria palavra no seu aspecto interior. Do ponto de vista psicológico, a palavra corresponde a uma generalização ou conceito: “Toda generalização, toda formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e indiscutível do pensamento. Consequentemente, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento” (VYGOTSKY, 2001, p. 398).

Frente a discussão teórica que, enfatiza a importância dos processos de formação intelectual da criança, é importante atentar para o papel que as instituições de ensino exercem nessa trajetória, bem como, pensar na fragilidade que o sujeito cognitivo expressa durante a formação do pensamento

e, por conseguinte da fala. Para os teóricos citados, o que parece, é que primeiro o organismo se organiza para elencar as informações, depois as processa e só depois a linguagem nasce, como reforça a citação anterior. Mas vale salientar que, durante todas as etapas do desenvolvimento da criança o outro, e o meio social têm influência preponderante.

No percurso de sua construção epistemológica acerca do pensamento humano, Vygotsky apresentou suas formulações acerca da construção do pensamento no livro intitulado: *Pensamento e Linguagem* que teve sua primeira edição em 1987. Nele o teórico correlacionou do tocante ao embate o proposto pela teoria de Jean Piaget que, revolucionou o universo de estudo sobre a linguagem e o desenvolvimento do pensamento infantil. Ambos autores, recorreram e sustentaram o método de estudo sistemático sobre a percepção e lógica que opera na formação infantil, tal qual havia sido evidenciado nas pesquisas de Rousseau.

Sendo assim, a lógica de que a criança não é um adulto em miniatura, vêm ratificar a proposição teórica que explicita evolução do pensamento associada à formação da linguagem. Para tanto, o pensador Russo desenvolveu um método clínico para a investigação de suas ideias e, esse método tornou-se uma ferramenta inestimável para os estudos dos complexos estruturais que envolvem a formação do pensamento infantil e suas faculdades genéticas que, auxiliaram na instituição de novos olhares para a Psicologia. E assegura: “O estudo do pensamento e da linguagem é uma das áreas da psicologia em que é particularmente importante ter-se uma clara compreensão das relações inter-relacionais”. (VIGOTSKY, 2005, p. 1).

Sobre a questão do inter-relacionamento objetivo de todos os traços característicos do pensamento infantil, o autor reflete que estes decorrem do estágio denominado egocentrismo e que, ocupa uma posição intermediária, genética e estrutural entre o pensamento autístico e o orientado. Como nos chama a atenção ao afirmar que: “o pensamento orientado é consciente, isto é, procede de objetivos presentes no espírito de quem pensa”. É social, porque vai desenvolvendo e sendo influenciado pelas leis da experiência e da coerência.

No entanto, tudo que se sabe sobre o desenvolvimento psíquico indica que sua essência mesma está nas mudanças que ocorrem na estrutura interfuncional da consciência. A psicologia deve fazer dessas relações e de suas variações ao longo do desenvolvimento um problema central, o foco do estudo, em vez de simplesmente postular a inter-relação geral de todas as funções. Essa mudança de abordagem torna-se imperativa para o estudo produtivo da linguagem e do pensamento. (VIGOTSKY, 2005, p. 2).

Assim, pode-se considerar que o pensamento autístico, tal como descreve o teórico, “é individualista e obedece a um conjunto de leis específicas”, ele articula o mecanismo que origina o pensamento e o discurso e, assegura que são idênticos nas crianças. Em suas análises o teórico compara o discurso da criança ao do adulto e, assim, constata que o desenvolvimento pleno desse processo um sistema de evolução: a função primordial da linguagem, tanto nas crianças como nos adultos é a comunicação e o contato social.

As contribuições de Vigotsky foram preponderantes para que a psicologia e as áreas que estudam o desenvolvimento humano pudessem conceber os processos intrapsíquicos de forma mais abrangente. E como muito bem colocou o teórico, “a função primordial da fala é a comunicação, o intercambio social. Sendo assim, pode-se considerar clara a necessidade de recorrer as contribuições desse estudioso do pensamento e desenvolvimento humano para essa pesquisa que, tem dentre seus objetivos compreender a importância da educação infantil durante o processo de formação psíquica da criança na primeira infância.

Para melhor situar o proposto trabalho, serão apresentados conceitos do pedagogo pernambucano, Paulo Freire, com objetivo de orientar a escrita para a importância da pedagogia no cenário atual brasileiro. Souza (2007), nos recorda que: “era dirigindo as pessoas adultas analfabetas cuja vocação era a de ensinar a “ler palavras”, aprendendo a ler de uma maneira crítica, criativa e autônoma no próprio mundo social que as gerou, e as fez serem como são” que, o trabalho de Freire ganhou espaço e se desdobrou pelo mundo. (SOUZA, 2007, p.13).

A trajetória de maior relevância no percurso de elaboração da prática pedagógica freiriana,

se deu pelo trabalho como diretor do setor de Educação e Cultura no SESI - (Serviço Social da Indústria) que, culminou posteriormente no cargo de superintendente do mesmo departamento entre 1946 e 1955, período em que, orientado pela esposa, Elza Freire, passou a trabalhar com a educação, dando seus primeiros passos na prática de alfabetização para adultos. Uma vez que o Nordeste até a década de 60 apontava um índice de mais de 60% de sua população operária sem acesso à educação. Esses números apontam com delicadeza para mais de 15 milhões de pessoas imersas no analfabetismo.

Os relatos citados anteriormente que, aparecem em diversos trabalhos acadêmicos e fontes de pesquisas abertas, inclusive pelo Instituto Paulo Freire<sup>1</sup> ressaltam que: A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação que identifica a alfabetização com um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados. “Se o homem é o sujeito de sua própria educação, não é somente objeto dela; como ser inacabado não deve render-se, mas interrogar e questionar” (FREIRE, 1996, p. 36).

Com essa premissa e, observando a necessidade de intervenção pedagógica nas famílias dos operários que trabalhavam nas indústrias próximas à realidade do SESI – aonde trabalhava – naquela época, Freire, auxiliado por sua esposa resolveu dedicar-se à alfabetização dessa classe e, para isso, desenvolveu um método diferenciado do tradicional, que se usava no contexto. A trajetória trilhada pelo pedagogo pernambucano que, trouxe sem cartilhas a beleza do saber fazer na educação, teve sua prática marcada pelo diálogo e pela discussão com os educandos de forma reflexiva, priorizando a fala.

O que parece é que, ele visava extrair o que respondesse mais forte aos educandos, através da relação entre natureza e cultura. O intento era suscitar uma experiência específica que pudesse associar o estudo à experiência vivida pelo trabalho, a pedagogia e que, respondesse à política.

Conhecer não é ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conheci-

---

1 Disponível em: <http://www.paulofreire.org>

mento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante, implica em invenção e reinvenção. [...] “re-dizem”, se refazem ao longo do tempo, mediante novas vivências e experiências, novas práticas cotidianas, ou seja, aprendemos no e com o mundo, aprendemos uns com os outros. (FREIRE, 1979, p.10-11).

Com base nessa perspectiva, freire desenvolveu diversas pesquisas e formas de aplicação de seu método pedagógico, seguidos de suas pesquisas para a tese apresentada na Universidade Federal de Pernambuco em Recife (1959) que, foi intitulada: “Educação e atualidade brasileira” e, com ela, Freire recebeu o título de Doutor em Filosofia e História da Educação. Diante de todo o percurso citado pela trajetória do teórico, pode-se conceber sua importância para a construção dessa escrita, bem como, da consolidação de seu trabalho no universo da educação.

O que se pode pensar frente às pesquisas que discutem a educação e, mais especificamente, a proposta da educação infantil na contemporaneidade, é que as práticas de intervenção pedagógicas precisam compreender três dimensões fundamentais; a capacidade de aprender que o indivíduo traz consigo, a dinâmica psíquica que opera na formação do pensamento e da linguagem, e por fim, influência sócio-histórica que cada sujeito está passivo.

Seguindo as formulações dos autores citados, pode-se formular a base do processo educativo, ou seja, evidenciar que se pode considerar a educação infantil como ferramenta relevante no desenvolvimento intelectual da criança, todavia, pode ser nessa fase que se instala os paradigmas que aterrorizam os pais que, serão designados aqui, como os impasses e desafios a inclusão da criança pequena nas instituições de ensino. Esse é o momento crucial a o qual o mito apresenta suas várias faces.

## **UM MITO SOBRE APRENDIZAGEM: A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS**

Prestem atenção no eu digo, pois eu não falo por mal: os adultos que me perdoem, mas ser criança é legal! Vocês já esqueceram, eu sei! Por isso eu vou lhes lembrar: pra que ver em cima do muro, se é mais gostoso escalar? Pra que perder tempo engordando, se é mais gostoso brincar? Pra que fazer cara tão séria, se é mais gostoso sonhar? Se vocês olham pra gente, é chão que veem por trás. Pra nós, atrás de vocês, há o céu, há muito, muito mais! Quando julgarem o que eu faço, olhem seus próprios narizes: lá no seu tempo de infância, será que não foram felizes? Mas se tudo o que fizeram, já fugiu de sua lembrança, fiquem sabendo o que eu quero: mais respeito, eu sou criança! (BANDEIRA, 2009, p. 09).

Para se pensar a criança à luz de toda a evolução que a humanidade tem sofrido, se faz necessário inclinar-se sobre uma outra ótica, uma lógica regida pelo enigma que atravessa a infância. Diante de todo o exposto nessa pesquisa, surge a inquietação acerca do que as investigações teóricas apontam e, sobre o que se pressupõe saber sobre os sujeitos em desenvolvimento, a saber, a criança. De acordo com Larrosa (2006) no tocante ao enigma da infância, atesta que a ideia que se tem sobre a educação como ferramenta de fabricação que, rege a realização do possível - diz que é o humano quem defini a infância, que decidi o como deve ser, bem como, o que falta em sua característica.

A partir das proposições teóricas, pode-se compreender os fatores que têm causado confusão no campo a alteridade que responde a constituição psíquica da infância. Trata-se de um paradigma que leva os pesquisadores a uma instancia que escapa à barreira do saber, como descreve Larrosa (1998, p. 232). Então, pode-se interpretar que, o que de fato, ocorreu com a influência do avanço tecnológico e reforma constitucional - foram mudanças nas perspectivas sobre o lugar da infância.

[...] a criança e sua infância não representam, por conseguinte, a natureza purificada em estado virgem. Nasce marcada pela cultura mesmo que sem ainda apropriar-se dela por completo, cresce como natureza em função das suas necessidades – comuns e específicas, de sono, afeto, amamentação, entre outros cuidados. A tradição do pensamento evolucionista difundido também

na esfera educacional traz a ideia de uma criança “individualizada” naturalmente e que se tornará no decorrer do seu desenvolvimento com as devidas condições favoráveis um sujeito “socializado”, a escola tendo assim o papel de socializadora tanto no plano do conhecimento como das relações (SOUZA, 2007, p. 74).

Com base na herança deixada pelo pensamento filosófico de Rousseau e psicológico de Piaget e Vygotsky, cabe pensar a infância como lugar de questionamento. Souza (2007) ressalta que, “a infância é entendida como o outro que nasce, é aquilo que, ao olharmos, nos coloca em questão, tanto em relação ao que somos quanto em relação a todas as imagens que construímos para classificá-la”. O mito que se instala sob o processo de aprendizagem no espaço escolar para as crianças de 0 a 3 anos de idade, parece limitar a capacidade de observar a criança a partir de suas potencialidades.

Frente a problemática que provoca e sustenta a idealização de mitos, no tocante a possibilidade de se promover aprendizagem para crianças na primeira infância, dentro de instituições pedagógicas, a saber o anterior pré-escola e as creches, ou como atualmente se encontra, hoteizinhos, torna-se importante chamar a atenção para os critérios que demarcam a passagem da criança pelo espaço educacional que tem por função preparar o infante para a educação fundamental que, tem como função inseri-los na formação de segundo grau. Postman (1999), garante que, a cultura infantil tem nova conotação nas sociedades contemporâneas, destacando características próprias a essa fase de desenvolvimento, tais como; a linguagem, a alimentação e modo de vestir, e as brincadeiras.

[...] as temáticas “criança e infância” estão hoje em destaque, não como pano de fundo; elas aparecem na relação do dia a dia das crianças com seus pais, nos discursos deles, nas análises discursivas, nas reflexões teóricas de perspectivas da antropologia histórica, da filosofia, da psicologia, e emergem dos olhares e lugares que os adultos assumem quando se referem pequenos (SOUZA, 2007, p.07).

Para a referida autora, as ofertas culturais que circundam o universo em que a criança está

inserida tem a função de auxiliar na construção das condições de aprendizagem que promovem a autonomia do sujeito pensante. Então, pode-se articular a partir das reflexões de Souza (2007) que, a escola, enquanto espaço de promoção de cuidado, não apenas têm a função de mediar o conhecimento formal, como também, trabalhar o caráter emocional e intelectual que envolve o infante. Considerando que, esta, pode ser a melhor fase para criar laços de confiança com a criança e, assim, operar como facilitador na produção de conhecimento.

Todavia, para a consolidação dessas atividades dentro dos espaços educacionais, atuais, demanda um trabalho minucioso e estratégico, visando atender às necessidades de cada contexto, como por exemplo; a máxima que se instala nas ofertas da educação pública frente à privada. A lógica é aplacar a Educação Infantil dentro das instituições de ensino, a partir de um modelo curricular que contemple às especificidades educativas das crianças de modo geral. O intento seria “alcançar uma educação linear e plena de significados que organizem os signos na construção da aprendizagem” (KRAMER, 1999 p. 78).

À luz das concepções dos autores aqui citados, é possível pensar o currículo educacional no universo infantil, como uma modalidade dinâmica que, reclama um cuidado e articulação especial – dentro do espaço e tempo – objetivando contemplar o exposto na constituição somado à realidade experienciada pelo espaço educativo. Como acrescenta Redin (1998);

[...] o tempo e o espaço das relações da criança na família têm sua especificidade “na fragilidade do ser infantil e na sua dependência, inicialmente total, depois vagarosamente relativizada nos aspectos físicos, intelectuais, emocionais e afetivos, de aprendizagens básicas para a sobrevivência e a convivência com as outras pessoas e com o mundo” Agora, o espaço e o tempo da Educação Infantil, institucionalizados e formalizados como espaço público e obrigatório por parte do Estado e como direito da criança, têm todas as características do espaço familiar, e mais: [...] o fazer intencional, organizado em função da convivência estimulante, cooperativa, ‘inter pares’; o fazer organizado, para acesso a experiências, conhecimentos e formas de expressão ali facilitados, e o tempo e o espaço das relações pedagógicas purificadas de

qualquer autoritarismo, pressão, ameaças, temores e medos – tempo e espaço estes conhecidos pelos avanços da psicologia no estudo do psiquismo infantil (REDIN, 1998, p. 49-50).

Sendo assim, e seguindo as formulações acrescentadas pelos autores, vale pensar a mudança por um currículo aberto e flexível, objetivando a elaboração de diretrizes que possam orientar às práticas educativas de forma esclarecedora que auxiliem na tomada de decisões, ou seja, na construção de estratégias interventivas mais coerentes e compartilhadas. Atualmente, já se consegue encontrar nos currículos escolares numa pedagogia com foco na Educação Infantil, a partir da aplicação de atividades lúdicas, dialógica e, construção da identidade cidadã. Tais escolas parecem visar em seu currículo o compromisso com a infância, a partir da primeira infância. Ou seja, a educação de 0 a 6 anos.

Vale salientar que esses são os resultados de uma evolução, não apenas histórica, mais acima de tudo, política e social. Para observar a Educação Infantil no âmbito legal exposto pelas leis vigentes sobre a garantia de acesso à educação para a criança, nota-se que muito já são os resultados e, por isso, esse trabalho se compromete a apresentar um contraponto entre a proposta de duas escolas, sendo uma pública e uma privada, a partir do discurso das coordenadoras pedagógicas, como será apresentado a seguir.

## **A VISÃO DA ESCOLA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DA ESCOLA PÚBLICA X A ESCOLA PRIVADA A PARTIR DA FALA DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA**

[...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências. (Foucault, 2006)

Pensando na utilização da análise dos discursos, de acordo com o proposto na perspectiva de Michael Foucault<sup>2</sup> (1970), torna-se fundamental privilegiar as mais acirradas, mais complexas

---

2 A Ordem do Discurso: Michel Foucault (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de

com foco nas contingências que a linguagem abrange. Foucault (1970-2006) diz que, “é preciso ficar, simplesmente, no nível de existência das palavras, das coisas ditas”. Essa reflexão aponta para a importância de um trabalho intenso a partir do próprio discurso dentro do contexto abordado, levando em consideração as vicissitudes que atravessam a linguagem. Sendo assim, para que ocorra uma observação e escuta livre, desprendida, é preciso uma desconsiderar a aprendizagem que promove amarras e atravanca o sujeito por meio de conceitos prévios.

Vale ressaltar que, nessa perspectiva, acredita-se que há no interior de cada discurso, ou num espaço de tempo que ele se constrói, ocorre um velamento a verdade que, pode causar distorções no significado. Para o filósofo, nada há por trás das cortinas, ou sob a estrutura que nos amparamos. Para ele, o que se estabelece numa comunicação discursiva são enunciados e relações significantes, que é a prática dinâmica que ocorre no próprio discurso, desencadeando uma cadeia de produção de sentidos. Portanto, pode-se considerar que, analisar o discurso, propriamente dito, implica alcançar as lacunas e falhas que a linguagem provoca.

[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1986, p.56).

Diante do cenário contemporâneo e apoiados nas contribuições teóricas filósofos e, autores citados, essa pesquisa tentará estabelecer um contraponto do discurso ofertado pelas escolas para a consolidação da Educação Infantil – com base na LDB vigente –; frente à o que os pais esperam dos espaços educacionais para o acolhimento e formação de seus filhos. Para melhor instanciar a propo-

---

France prononcé le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.)

sição dessa escrita, serão utilizados fragmentos de entrevistas realizadas com pais e escolas de rede pública e privada. O intento é evidenciar se nas duas escolas escolhidas em um determinado bairro da cidade de Jabotão dos Guararapes, há de fato o currículo e profissionais preparados para exercer de forma satisfatória as práticas pedagógicas que a lei confere como de direito de todo e qualquer cidadão de forma igualitária.

[...] os discursos continuarão sendo discursos enquanto as transformações sociais não atingirem o grau de modernidade. Mas, apesar de não se efetivarem e não corresponderem exatamente às necessidades daquele processo, expressam suas contradições e perdem o fôlego quando as soluções para os problemas que pretendiam resolver são encaminhados por outra via. (SCHELBAUER, 1998, p. 141).

Quando se fala em educação no contexto atual, muitas são as discussões que emergem relacionadas à área que toca a Educação Infantil e, grande parte delas, dizem respeito ao papel dos profissionais responsáveis pela promoção do exercício pleno da educação. Autores contemporâneos como, Kramer (2005) e Oliveira (2005), refletem sobre a prática e formação desses profissionais na busca de alcançar a consolidação de uma pedagogia da infância que contemplem as especificidades necessárias para a execução de um trabalho eficaz no atendimento em instituições como creches e pré-escolas.

Como já foi ressaltado ao longo desta pesquisa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) que, ao reconhecer a prática da Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica, suscitou do perfil dos profissionais que atua nesse universo, um investimento que vai para além de sua formação e competência, assim, impeliu desses profissionais uma prática articulada de forma interdisciplinar e um olhar voltado aos indivíduos que buscam os espaços educacionais. Com essa iniciativa, o governo conseguiu garantir que a formação do professor de Educação Infantil seguisse às instruções contidas na constituição.

De acordo com o exposto, Rocha (1999) acrescenta que, “o trabalho voltado para a criança na primeira infância implica aspectos delicados e específicos” que, exigem, do profissional, saberes

e experiências próprias à fase do desenvolvimento ao qual a criança se encontra. Cabe salientar que “a identidade do segmento como um todo se correlaciona com um conceito de profissional assumido pelo professor dessa etapa da escolarização”. Ao se refletir sobre as vicissitudes dos discursos das escolas e, as relações sociais, políticas, culturais e materiais para a consolidação de uma boa educação, principalmente nas instituições públicas, torna-se imprescindível averiguar se a proposta discursiva confere com a execução do proposto pela lei.

Assim, essa pesquisa segue sua trilha investigativa, com cunho teórico objetivando analisar, a partir do discurso dos pais e as ofertas das escolas estão de fato em consonância com as necessidades das crianças que estão em cena para serem atendidas pelas instituições públicas e privadas da rede de ensino como manda o “Plano Nacional de Educação<sup>3</sup>” (2014-2024):

Ao ser sancionada, sem vetos, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, fez entrar em vigor o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 – o segundo PNE aprovado por lei. Na redação dada pelo constituinte, o art. 214 da Carta Magna previu a implantação legal do Plano Nacional de Educação. Ao alterar tal artigo, contudo, a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 melhor qualificou o papel do PNE, ao estabelecer sua duração como decenal – no texto anterior, o plano era plurianual – e aperfeiçoar seu objetivo: articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas.

Até aqui foram apresentados os pressupostos teóricos que orientam, implementam e auxiliam na construção, tanto discursiva, quanto na intervenção e inclusão das propostas pedagógicas.

---

3 Fonte: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Consulta realizada em: 21/03/2016 as 15:26h.

# Capítulo 4

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES



A cidade de Jaboatão dos Guararapes, objeto desta pesquisa, assegura por meio de publicação em diário oficial no ano vigente que, de acordo com a Lei Nº 1203/2015, 18 de Junho de 2015. EMENTA: Dispõe sobre a adequação do Plano Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes, conforme disposição do art. 8º da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. O prefeito do município do Jaboatão dos Guararapes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV, V e VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei; Art. 1º Fica aprovada a adequação do Plano Municipal de Educação do Jaboatão dos Guararapes/PME, conforme disposição do art. 8º, da Lei Federal nº 13.005/2015 - PNE, conforme anexo, com vigência de 10 (dez) anos<sup>1</sup>.

Art. 2º Os parágrafos 1º e 2º, do art. 1º da Lei nº 626/2011, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º (...) § 1º A duração do Plano Municipal de Educação - PME compreende o decênio de 2015 a 2024. § 2º O Plano Municipal de Educação - PME, na forma do anexo da presente Lei, atende as determinações constantes no Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, do Decreto nº 6.094/2007, que disciplina o Plano de Metas Compromisso “Todos pela Educação”, como também, da Lei nº 267/2004, que cria o Sistema Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes.”

Para melhor situar o leitor sobre o cenário em que foram extraídas as informações de um ponto meramente expositivo, será apresentado abaixo alguns gráficos.

Gráficos comparativos:

Figura 01: Qualitativo de Matrículas em 2014

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://services.fishy.com.br/obj/805/64814.pdf> Consulta realizada em 21/03/2016 as 17h30minh

	ENSINO INFANTIL					FUND. ANOS INICIAIS					FUND. ANOS FINAIS				ED. JOVENS E ADULTOS I			ED. JOVENS E ADULTOS II	
	1 ETAPA		2 ETAPA		3 ETAPA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7ª SÉRIE	7º ANO	8ª SÉRIE	1 SEG. MÓDULO I	1 SEG. MÓDULO II	1 SEG. MÓDULO III	II SEG. MÓDULO IV	II SEG. MÓDULO V
	0 A 1 ANO	1 A 2 ANOS	2 A 3 ANOS	3 A 4 ANOS															
REGIONAL 1	40	25	18	475	569	750	883	1148	1133	1310	1643	877	1185	987	32	127	228	400	535
REGIONAL 2	7	40	29	371	545	593	682	860	900	893	793	185	212	133	0	132	206	255	208
REGIONAL 3	16	37	84	77	83	213	262	190	289	176	107	50	85	27	31	55	56	0	0
REGIONAL 4	15	20	45	277	302	436	416	520	934	941	647	318	504	291	58	108	139	342	360
REGIONAL 5	0	0	0	260	411	807	815	984	1038	1113	1064	971	1000	963	66	130	183	610	638
REGIONAL 6	0	0	0	305	556	791	780	1001	1001	1091	1017	941	708	804	77	222	228	430	444
REGIONAL 7	0	0	0	281	427	519	532	690	730	748	1072	857	900	290	0	109	153	167	169
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>122</b>	<b>176</b>	<b>2058</b>	<b>2893</b>	<b>4109</b>	<b>4370</b>	<b>5393</b>	<b>4747</b>	<b>5832</b>	<b>6343</b>	<b>2899</b>	<b>4188</b>	<b>1936</b>	<b>264</b>	<b>879</b>	<b>1190</b>	<b>2204</b>	<b>2374</b>

Fonte: IBGE 2014

Figura 02: Região

**Matrícula Inicial – Educação Especial (Alunos Inclusos)**

REGIONAIS	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL				TOTAL CENSO
	CRECHE		PRÉ-ESCOLAR		ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS		
	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	
R-1	0	0	10	0	82	50	33	7	182
R-2	0	0	9	0	79	27	19	4	138
R-3	0	0	0	1	48	1	5	2	57
R-4	0	0	2	0	51	13	6	2	74
R-5	0	0	5	0	62	11	13	3	94
R-6	0	0	8	0	50	30	26	3	117
R-7	0	0	7	0	39	8	5	4	63
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>411</b>	<b>122</b>	<b>107</b>	<b>25</b>	<b>725</b>
<b>ESCOLAS NÃO IDENTIFICADAS OU PARTICULARES</b>									
	0	3	19	0	18	0	4	0	0
	0	3	60	1	429	140	111	25	0
<b>TABELA REAL</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>60</b>	<b>1</b>	<b>432</b>	<b>135</b>	<b>109</b>	<b>25</b>	<b>0</b>

Fonte: Educacenso 2014

Fonte: IBGE 2014

Figura 03: Quadro com índice de crianças matriculadas nos últimos cinco anos

Dependência	Educação Infantil					
	2011		2012		2013	
	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola	Creche	Pré-Escola
<b>Estadual</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Municipal</b>	302	5.676	282	5.310	323	4.951
<b>Privada</b>	2.158	7.766	1.943	7.468	3.003	8.194
<b>Total</b>	2.460	13.442	2.225	12.778	3.326	13.145

Fonte: EDUCACENSO, INEP.

Quadro 11: Quantitativo de matrículas em 2010 e 2014 em creches e pré-escolas.

REGIONAL	MATRÍCULA 2010		MATRÍCULA 2014	
	CRECHE	PRÉ - ESCOLA	CRECHE	PRÉ - ESCOLA
<b>01 - Jaboatão Centro</b>	110	1.285	101	1.039
<b>02- Cavaleiro</b>	43	887	76	933
<b>03- Curado</b>	81	382	157	340
<b>04- Muribeca</b>	67	643	81	646
<b>05- Prazeres</b>	0	1.369	0	692
<b>06- Praias</b>	0	837	0	862
<b>07 - Guararapes</b>	-	-	0	783
<b>Total</b>	<b>368</b>	<b>5.336</b>	<b>415</b>	<b>5.295</b>

Fonte: matrícula inicial 2010 – SEDUC, Jaboatão dos Guararapes – PE.

Fonte: matrícula inicial 2014 – SEE – Jaboatão dos Guararapes - PE

Para melhor esclarecer os dados apontados pelos gráficos apresentados e reproduzidos pelo senso em diário oficial e parceria com a prefeitura da Cidade de Jaboatão<sup>2</sup>, serão apresentados os dados descritos na página oficial do diário oficial em nota sobre: O Município do Jaboatão dos Guararapes defende uma concepção de gestão democrática pautada no estabelecimento de mecanismos legais, institucionais e na organização de ações que desencadeiem a participação social, conforme previsto na Constituição Federal – CF/88 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96. Em 2011, o município instituiu o Plano Municipal de Educação através da Lei 626/2011, de duração plurianual, como propósito político de estabelecer os objetivos, diretrizes e metas que possibilitassem ultrapassar desafios como o da universalização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino.

O referido Plano foi elaborado com a participação de professores, gestores e de representan-

2 Situado no litoral do Estado de Pernambuco, tem uma extensão territorial de 258,6 km<sup>2</sup>, localiza-se a cerca de 14 km da capital. Limita-se ao Norte com os municípios de Recife e São Lourenço da Mata; ao Sul com o município do Cabo de Santo Agostinho; a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Moreno. As principais rodovias do entorno são a BR 101, a BR 232, a PE 07 (Recife/Moreno), a PE 08 (Estrada da Batalha) e a PE 25 (Muribeca).

tes da sociedade civil, organizado em pré-conferências e conferências municipais, o que viabiliza a formulação de políticas educacionais; o planejamento; a tomada de decisões; a definição do uso de recursos e necessidades de investimento; a execução das deliberações coletivas; e os momentos de avaliação. O cenário educacional em anos anteriores serviu de subsídio para que a definição de políticas educacionais fosse realizada nos diversos encontros já citados. Em 2009, o Município contava com 109 unidades escolares, sendo 22 localizadas na zona rural e 87 na zona urbana.

Atualmente, a rede municipal de ensino conta com 129 unidades escolares, sendo 111 localizadas na zona urbana e 18 na zona rural. Percebe-se um decréscimo no quantitativo de escolas da zona rural e acréscimo na zona urbana, justificado pelo fenômeno de urbanização do Município<sup>3</sup>. Segundo informações do diário oficial de Ano XXV - Nº112 – sexta feira: 19 de Junho de 2015.

## **FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS: A EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para colher dados puramente qualitativos, sem intenção de promover intervenções, denúncias, nem expor as instituições visitadas, foi realizada algumas entrevistas que, aqui serão apresentadas como fragmentos da experiência desses profissionais, a partir de seus discursos que foram transcritos na íntegra. Sendo assim e, visando preservar a identidade dos participantes, bem como, a da escola em que este presta serviço, a pesquisadora alerta que serão atribuídos pseudônimos para cada participante.

Sobre as profissionais entrevistadas:

Primeira coordenadora entrevistada:

Nome: V.C.P.S. Será chamada de Senhora V.

---

<sup>3</sup> Todas as informações foram extraídas do site do diário oficial e prefeitura da cidade, como já foi citado.

A Senhora V, trabalha em instituição educacional da Rede privada como professora no período da manhã com crianças de entre 4 e 6 anos de idade e, no período da tarde exerce contrato para a Rede Municipal de ensino (pública) na cidade de Jaboatão dos Guararapes, sua experiência já se estende a aproximadamente a 20 anos. Atualmente, sua atividade na escola pública é exercida na função de coordenadora Pedagógica – das turmas de Educação Infantil Fundamental I.

Para sua participação na pesquisa ela respondeu a seis perguntas voltadas especificamente para o universo da Educação Infantil e sua experiência prática e ativa nesse campo, conforme os questionários nos apêndices.

Resposta ao questionário:

- O trabalho com a criança da Educação Infantil é muito mais um trabalho voltado para questão da socialização, integrar esta criança no meio em que ela vive. Inserir ela no meio social. Começando já formando pela criatividade, a gente começa já introduzindo dentro do próprio conteúdo que é vivenciado na Educação Infantil, toda essa soma de trazer essa criança para este meio de maneira bem lúdica e já crítica, que é o que eles vão precisar realmente, todos os dias daí a seguir realmente, todos os dias daí a seguir da Educação Infantil ao fundamental I, II.
- Hoje já é comprovado que a criança quanto mais cedo ela vai pra escola, ela desenvolve muito mais rápido do que uma criança que deixa pra ir à escola com 6 ou 7 anos. Ao contrário do que muita gente pensa, às vezes não mais o meu filho, já entra na escola sabendo ler um pouco, em casa eu alfabetizo. Mas é diferente, na escola é que a criança vai interagir na escola que ela vai estar no meio dos iguais, com os pares e aí é uma troca de saberes e a sociedade, a integração é muito maior quando a criança vai mais cedo para escola.

- A criança da Educação Infantil tem um horário basicamente igual ao fundamental I, ela frequenta escola em horário normal, ela frequenta as 4 horas, um direito garantido por lei, aí nestas 4 horas ela desenvolve tanto a atividade já ligada ao lado pedagógico, a gente não tem a disciplina matemática, geografia, história, português, não é dessa forma, a gente trabalha com natureza e sociedade, onde aí é inserido todo o conteúdo dentro destas duas classes de natureza e sociedade, a gente vai inserindo a questão corporal na casa da matemática, naturalidade, o vocabulário e oratória, tudo isso vai sendo inserido dentro dessas duas classes mais de uma forma bem lúdica. A criança tem que perceber o espaço do corpo dela, ela tem que perceber desta forma, pra depois ir explorando os outros conteúdos que vão vir mais à frente.
- Agente tem casos isolados. Temos criança que nos primeiros dias, nas primeiras semanas, principalmente quando ela nunca foi à escola, ou é uma criança que é filho único, é uma criança que vive muito com adultos, há uma certa resistência em ela ficar na escola, mais é um primeiro momento que passa muito rápido, geralmente dura 5 dias, a primeira semana, e aí ela se adapta muito rápido, até porque ali ela se identifica com os coleguinhas, ela se encontra no meio deles e é muito mais fácil a interação.
- Agente sabe que legalmente, hoje na sala de educação infantil, estou falando da rede municipal, é uma lei que atinge a rede particular, que só pode ter até 25 crianças por sala, que não é ideal, por mais estrutura que tenha, não é ideal, então, hoje na minha escola, na educação infantil à tarde a gente tem em média 22 alunos. Tenho apoio, porque dá certa assistência, mais que também, assim, não é um apoio por sala, é um apoio que dá assistência a duas salas. Esta é a realidade hoje da rede municipal.

- Existem casos isolados que às vezes os pais não acompanham, até por uma questão social, às vezes, por falta realmente de conhecimento, o pai ainda... A questão de valores da escola e família, então muitos invertidos, então os pais por muitas vezes jogam as crianças na escola, eu digo jogam, por que muitas vezes... Esta é a palavra realmente, eles deixam a criança na escola, mas só pra responsabilidade da escola. Quando a gente consegue ter esta parceria, família e escola são mais interessantes pra a aprendizagem do aluno e a gente consegue que flui mais fácil.

Analisando pedagogicamente e amparados pelos pressupostos teóricos, pode-se conceber que, os fragmentos dos relatos apresentados com base nas respostas da Sra. V, evidenciam de forma positiva as propostas da educação infantil que, sugere o atendimento de crianças de 0 a 3 anos nos espaços e instituições de ensino como predisposto na LDB e no Plano Nacional de Educação – PNE.

Nos discursos encontramos regularidades, a presença de marcas de sentidos, os interesses e os saberes/poderes que transpassam e perpassam o discurso. Compreender os enunciados é descobrir que de tempos em tempos eles formam um conjunto que se refere a um objeto. Esta unidade discursiva não deve ser buscada pela coerência de conceitos. Isso “explica que devemos tentar analisar o jogo de seus aparecimentos e de suas dispersões” (FOUCAULT, 2006, p. 36).

Diante da problemática em questão não se pode deixar de alertar para a importância dos relatos colhidos a partir de entrevistas e questionários aplicados com o intuito de extrair informações que possam ratificar ou confrontar as proposições que orientam a pesquisa em questão. Sendo assim, e corroborando com o pressuposto teórico citado ao longo dessa escrita, pode-se considerar as respostas apresentadas, aqui, como satisfatórias e compatíveis com a hipótese que mobiliza essa investigação.

Segunda coordenadora entrevistada:

Nome: K.C.S.L. Será chamada de Senhora K.

Tara-se de uma profissional especialista em psicologia Social, é Pós-graduada em Coordenação Pedagógica. Atualmente têm exercido a função de Professora de Ensino Fundamental I em uma escola da Rede Pública de ensino no município de Jaboatão dos Guararapes e, estende suas atividades na prática de Supervisão pedagógica, também, na Rede Pública Municipal de ensino. Essa profissional, conta também, com a experiência de cinco anos atuando como educadora de ensino infantil na rede privada.

Respostas:

1. Os benefícios mais generalizados: O ganho da socialização, o desenvolvimento motor, o desenvolvimento da linguagem oral, linguagem escrita. Porque quando a gente fala em educação infantil, a gente entende toda as séries da educação infantil, que vai, desde o infantil I até o infantil 5, dependendo da nomenclatura de cada escola. Agente também tem espaço do berçário, com crianças pequenas. O infantil I é com 1º ano. A nomenclatura corresponde à idade da criança. E hoje a escola também trabalha muito nestadimensão da adequação, do que as famílias, a comunidade que agente atua, precisam. Hoje nós temos uma série de família muito grande, não é só benefício para o filho, são benefícios secundários, que vai pra família também. A criança da comunidade que passa o dia todo na escola; tem um horário integral, então, tem essas vertentes, mais secundárias, tem a questão do almoço, que aqui na escola agente oferece, a família pode optar ou não, esses são ganhos mais secundários, mais a logística, mais a administração que fazemos com criança. No âmbito pedagógico eu acho que o lote maior é considerar essas três estâncias que eu falei primeiro, que é a questão emocional, a questão motora e a questão cognitiva. Fazendo as adequações necessárias para as crianças de acordo com a faixa etária, então,

agente traça um perfil do que ela precisa na fase de 0 a 3 anos, o que a gente espera que a criança desenvolva, agir diretamente com os pais, o apoio da família. Agente tenta na medida do possível, a gente tenta na medida que vai se aproximando da família, se relacionar e entrar nesta educação, formação escolar com a educação dada pela família. Agente se esforça muito pra atender esta dimensão. Fazer esta articulação o melhor possível.

2. Não acredito que seja uma escolha precoce, a gente não pode pensar na escola apenas para cognição, mas tem um ganho a mais aí, a integração da criança nesse meio social, de maneira mais ampla, hoje agente atende uma família, hoje as famílias que procuram a escola desde muito cedo, desde muito novinha, são família de pais que trabalham fora, pais que passam muito tempo fora de casa e que precisa dar conta desta demanda, dos filhos pequenos e que não disponha de uma estrutura em casa que possa mantê-la e às vezes até optam por isso por uma questão de concepção de vida. O espaço da escola é adequado... Desenvolvimento da coordenação motora desta criança, estreitar as relações, onde tem espaço com materiais adaptados para faixa etária, tem toda uma assistência de cuidados e de higiene. A escola quando pensa na educação infantil, ela pensa na adequação que precisa fazer de acordo com a demanda de cada faixa etária. Pela minha experiência, o fato de estar na escola desde muito cedo, não disponibilizar de ninguém que pudesse dar conta dos meus filhos, eles tiveram que ir pra escola muito cedo, hoje eles estão adulto, um tem 25 e o outro 20 anos, eu vi ganho e acho que também tenha vista mais porque, eu acredito neste ganho, neste espaço de estimulação, de uma maneira global, nesta atuação mais direta com a família, tem a questão mais social, mais a questão mais deste perfil, a mão nestes fazeres com a família, a escola também tá dando conta desta dimensão, pode ter certeza que não é o papel dela, mais a escola também dá conta desta dimensão, não que seja o adequado, não que seja o ideal.

3. Principalmente de 0 a 3 anos permeia muito o trabalho com música, musicalização, com movimento, o espaço para o desenvolvimento, então a gente trabalha com materiais específicos para isso. Com atividades bem lúdica, a uso de materiais, a gente faz pré-seleção literária pra poder as professoras atuarem. Nós recebemos os catálogos das editoras, fazemos um trabalho com isso. Hoje os meninos trabalham com alguns espaços, temos uma brinquedoteca, ai este espaço é de estimulação, mais livre e ai as crianças manuseiam materiais de forma livre e ai oportunidade também do professor de observar e fazer suas considerações acerca de desenvolvimento mais individualizado. De como a criança se desenvolve neste meio, jogos pedagógicos de maneira mais livre. Numa outra oportunidade o professor faz algumas atuações, faz algumas considerações pra trabalhar com as crianças e nós temos o espaço da biblioteca, que os professores utilizam em contação de história, como algo muito relevante pra o desenvolvimento das crianças, especificamente para esta questão do imaginário, a fantasia, a estruturação desta realidade que a criança está inserida, o importante que ela fantasie, que ela consiga dar conta deste contexto. A partir do infantil 4, a gente trabalha a partir dos 4 anos, a diretora ela acredita neste trabalho, é um trabalho que fala da relação, não é um trabalho diagnóstico, mais é um trabalho preventivo, que traz para os professores em sala de aula, algumas percepções, algumas observações, coletivamente e ai agente pode ter um diferencial, trazer mais essa leitura corporal pra essa questão mais emocional, ter mais habilidade para atuar com as crianças. Agente também tem um trabalho com artes, temos uma sala de artes, criança a partir de 3 anos também utiliza esta sala, as crianças usam muito de 0 a 3 anos, trabalhos sensoriais, percepções sensoriais, uma massa que é feita, ai eles exploram muita essa questão corporal, massa de modelar, tudo que é de textura, que é impertinente neste momento. A percepção auditiva que é muito explorada com musicalização e outros sons, contação de histórias, como eu já falei, então são essas estâncias que ajuda a gente a seguir e explorar

um pouquinho a proposta dos referencias curriculares pra educação infantil.

4. Sim. Na verdade, as adequações são feitas de acordo com a faixa etária. Existe todo um cronograma diário, existe um planejamento que ele é feito previamente pelos professores. Os conteúdos que a gente entende como pertinente, nessa faixa etária, de acordo com a faixa etária e aí a gente vai explorando os espaços de acordo com nossa necessidade. É lógico, hoje a escola caminha e acho que já há algum tempo, precisa dar conta dessa dimensão mais individualizada, apesar das coisas estarem agrupadas, a gente entende que o desenvolvimento é muito particular, cada criança tem seu time de desenvolvimento, as experiências que ela vive, as relações que ela tem como conhecimento, com as pessoas, a relação entre pais, a relação de uma forma geral, como ela percebe o mundo, é importante, a forma como eu aprendo, não é a forma como você aprende, não é a forma como o outro aprende, lógico que existe uma lógica de planejamento uniforme, mais existe umas adequações, respeitando o aprendizado de cada um, desenvolvimento da estimulação, é a premissa básica de qualquer instituição escolar e deve ser e é nisso que a gente acredita.
  
5. É muito relativo também. Fazemos adequações. Hoje temos 3 turmas no horário da manhã, no infantil 3. Mais numa turma que tem aluno que vai fazer 4 anos, em julho ou agosto, a gente faz as adequações, a gente faz essa seleção, com as crianças nessas faixas etárias, com estas proximidades de faixa, pra poder restringir um pouquinho e ajudar o professor a atuar de forma mais direcionada. É lógico que mesmo fazendo essas adequações, a gente vai encontrar uma ou outra criança que esteja lenta e que precisa de um acompanhamento mais específico, de uma atenção melhor, aí nesse caso varia muito a fase de idade. Hoje eu tenho turma com 17 ou 15 crianças. Isso é muito variável, vai depender do perfil, da faixa etária das crianças, mais hoje a gente trabalha com a tese com crianças dentro da sala com um professor e uma estagiária. Hoje a nossa sala até 20

crianças. Infantil 1 até 12 crianças.

6. Agente no primeiro momento, informamos o calendário que agente planeja a participação dos pais, a gente tem algumas ações que são permanentes na escola. A primeira ação que a gente faz é a reunião de acolhimento aos pais, quando ele vem conhecer a escola, divide com eles um pouco da expectativa da chegada das crianças, o que a gente espera, da parceria da família com a escola. Coloca de forma mais expressiva o panorama geral da escola, pra que o pai tome ciência de como é a ambientação escolar. Um outro momento, que geralmente no mês de janeiro, aí agente faz uma triagem e escreve, perguntaram se eles ficam, uma linha do tempo de como era a criança, como a família atua com a criança, é meio que um dossiê. E bem recepcionado, bem acolhedor. Em janeiro, agente faz uma reunião para os pais novatos, nessa reunião agente mostra o que se propõe a escola, como é a proposta pedagógica, depois deste momento eles tem o tempo de conhecer os professores e aí agente divide o grupo. Depois disso aí tem a adaptação da criança propriamente dito na escola. Aí é o ingresso da criança na escola. Aí agente tem uma concepção de adaptação muito particular, a gente não limita a entrada dos pais, a gente entende que as crianças neste momento, elas precisam, dessa chegada, principalmente as crianças menor, de 0 a 3 anos, elas precisam desse pai e dessa mãe, ou qualquer outra figura de referência familiar, atuando na escola, pra que ela possa se sentir segura e a gente vai junto com o setor de psicologia dando todo suporte para essas crianças, pra que elas possam se sentir mais seguras, pois a adaptação é da família também. Precisa se sentir segura pra poder estar sua filha, seu filho neste ambiente escolar. Aí depois dessas acolhidas em etapa, o que a gente faz, esse trabalho e muito corpo a corpo, se chegar nos pais e conversar, falar pelo nome com eles, atendê-los pelo nome. De olhar nos olhos mesmos. É um trabalho bem corpo a corpo. Individualista mesmo. Aí a gente percebe aquele que é mais inseguro, aquela mãe, mas resistente a deixa o filho. A psicóloga che-

ga mais junto. Acalma, conversa, orienta, diz o que a família pode contribuir pra esta criança se sentir mais segura. Enfim, depois disso a gente vai pra o dia a dia, aí já exige mais informalidade e aí a gente vai agir diretamente com as crianças, os professores começam a observar. Elegem alguns exercícios de sondagem. Hoje a gente começa a fazer o atendimento das famílias, começamos a agendar com algumas famílias, pais de crianças que a gente sente que precisa de um apoio maior, não só no sentido pedagógico, mais no emocional, às vezes as famílias não contribui para que ela se desenvolva melhor, não tem essa independência, então é importante que a gente atue e chame essas famílias pra poder trabalhar com ela também. Conversar um pouquinho, saber da rotina dessas crianças e saber porque aqui eles se comportam dessa forma. Sim aparecem. Agente tem uma agenda sistemática, todas terças e quintas feiras, junto com o setor de psicologia, fazer observações e aprender várias experiências com os professores e aí agente atende as famílias, inicialmente coordenação e psicóloga. E ai dependendo de alguma situação, ou contexto, as vezes é alguma criança que traz alguns traços, alguns indicativos, de alguma necessidade, de algum apoio, de alguma atuação que a gente precisa fazer alguma indicação nela, pra alguma neurologista, oftalmológica, se tiver alguma coisa nesse sentido, a gente conversa muito com a família, pra que a gente chegue em um denominador comum, pra poder atuar com os pais e fazer entender, porque o grande diferencial, a escola é parceira pra indicar erros. A partir do infantil 4 eles vão levar atividades.

Diante do exposto:

- O discurso da Sra. K, vêm corroborar com os relatos apresentados sobre a experiência vivenciada pela Sra. V. Quando observado os detalhes, ambas parecem apresentar bom conhecimento acerca do contexto do trabalho executado.
- Pode-se perceber, certa, intimidade com as práticas pedagógicas utilizadas pelas instituições que, estas, prestam serviço, bem como, boa articulação e estratégias voltadas para

as ofertas curriculares e a influência da família no processo de construção da aprendizagem.

A partir dos fragmentos colhidos por suas falas, consegue-se observar que as leis e diretrizes de base exigidas pela constituição estão, na medida do possível, sendo executadas por estas profissionais. Todavia, as contingências que instauram uma lacuna entre as ofertas das Redes Públicas de atendimento à Educação Infantil, se constitui na falta de recursos e investimentos financeiros de cunho político e econômico. Pois as Escolas Privadas, parecem deter, ou, pelo menos, implementar seus recursos, investindo na estrutura e nos recursos lúdicos como ferramenta útil para a base de um exercício das atividades educacionais.

Para subsidiar a discussão, aqui citadas, será necessário recorrer as contribuições de autores contemporâneos com o intuito de situar a análise a partir dos fragmentos extraídos do questionário.

Refletindo de acordo com Cury (2002) que, chama a atenção para a importância da qualificação dos profissionais que atuam em todos os níveis da educação, mais ainda mais, quando se trata da Educação Infantil. O autor assegura que só por meio do conhecimento no que se refere aos liames da lei que rege a constituição, o profissional poderá executar, de forma eficaz, as ofertas pedagógicas.

Você é um educador ou uma educadora, um profissional do ensino ou um trabalhador da educação. Você é um administrador da educação ou um político, e pode ser também um interessado em educação. No exercício de suas funções, você quer ser um profissional consciente, crítico e competente. Para tanto, várias dimensões são exigidas: formação, conhecimentos, habilidades, competências e valores. Digamos que, entre os conhecimentos necessários, um que você precisa dominar é o ordenamento normativo de seu campo profissional, de seu campo de interesse e de sua sociedade (Cury, 2002, p.9).

Sendo assim e, diante das reflexões apresentadas, pode-se considerar fundamental que, os profissionais que atuam na promoção da Educação Infantil conheçam, acreditem e executem, as pro-

postas do quadro normativo sobre a garantia dos direitos da infância. No tocante ao quadro normativo, vale lembrar que, as entrevistadas demonstraram conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil que, se configura como um documento importante de direcionamento para a elaboração e execução das propostas pedagógicas em creches e pré-escolas. Esse fator, chama a atenção para o índice de apropriação e capacitação já alcançadas no contexto escolar em 2015.

## **FRAGMENTOS DO DISCURSO DOS PAIS DE ALUNOS QUE ESTUDAM NAS REFERIDAS ESCOLAS**

Conforme exposto nos objetivos específicos desta pesquisa, a investigação que direciona a análise do discurso dos pais entrevistados a partir do grupo selecionados nas duas escolas do município de Jaboatão do Guararapes, este trabalho se propõe a evidenciar a partir dos discursos sobre a escola e as práticas pedagógicas ofertadas pelas instituições de ensino se há consonância entre o que diz a escola e o que entende os pais. Como já foi ressaltado ao longo desta escrita, o intento é observar se o discurso dos pais faz jus às propostas das escolas e relatos da experiência prática contada pelos profissionais de educação e sustentado pelas leis vigentes na constituição do país.

Para tanto, será utilizada a perspectiva foucaultiana sobre a análise do discurso, para compreender se os enunciados na fala dos participantes da pesquisa – que possuem filhos na educação infantil em 2015 – frente à fala dos profissionais que representam a escola mantêm uma linha de coerência que indica a consolidação do Plano Nacional de Educação – PNE nas escolas. Sendo assim, será tomado por base as vicissitudes do universo discursivo. Para melhor instanciar o proposto será utilizado o pensamento de Michael Foucault expresso na aula inaugural que aconteceu no Colège du France em 1970, no qual o filósofo atesta que: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2009, p. 10).

O objeto de desejo contido no discurso não é o que move as lutas e os sistemas de dominação, todavia, é pelo que se luta, é o poder tal qualqueremos nos apoderar. Nos discursos encontramos regularidades, a presença de marcas de sentidos, os interesses e os saberes/poderes que transpassam e perpassam o discurso. Compreender os enunciados é descobrir que de tempos em tempos eles formam um conjunto que se refere a um objeto. Esta unidade discursiva não deve ser buscada pela coerência de conceitos. Isso “explica que devemos tentar analisar o jogo de seus aparecimentos e de suas dispersões” (FOUCAULT, 2009, p. 36).

Seguindo as contribuições do filósofo citado e, com base na análise extraída do discurso serão examinados os fragmentos que possibilitarão a conclusão da hipótese que norteia esse trabalho. Na sequência, serão apresentados fragmentos das falas dos pais que participaram, espontaneamente, de uma das etapas desta pesquisa. Vale salientar que, todos os participantes estão cientes sobre os fins dessa investigação que, tem por objetivo uma discussão meramente acadêmica com base nos pressupostos teóricos, conhecimento das leis e apresentação da modalidade que designa a Educação Infantil na contemporaneidade.

Fragmentos da fala dos pais:

1. A primeira participante, trata-se da Sra. M, casada e mãe de duas crianças (4 e 9 anos) que, estudam em escola privada, atualmente a Sra. M, não trabalha e faz faculdade de Nutrição.

2. O segundo entrevistado foi o Sr. W, casado, pai de duas crianças (2 e 9 anos) que, estudam em escola privada, atualmente o Sr. W trabalha período normal e a educação fica 60% sob a responsabilidade da mãe, tem o ensino superior completo, formado em direito.

3. A terceira participante foi a Sra. T, solteira com uma filha (4 anos) que, estuda em escola privada, atualmente a Sra. T, não trabalha e faz faculdade de pedagogia.

4. A quarta entrevistada foi a Sra. D, casada, mãe de dois filhos (3 e 7 anos) que estudam em escolas da rede municipal, atualmente, a Sra D, trabalha como professora e têm uma criança na educação infantil na rede pública.

5. A última entrevistada foi a Sra, J, casada e tem um filho (3 anos) que, estuda na rede privada de ensino. Atualmente não trabalha, é formada em Pedagogia.

- Em linhas gerais, a partir dos fragmentos discursivos expressos através das perguntas pelo questionário formulado, pôde-se evidenciar que mesmo tendo gênero e condições socioeconômicas, bastante diferenciadas, todos possuem conhecimento sobre a constituição vigente no Brasil que, objetiva garantir o direito a educação e práticas pedagógicas de qualidade.
- Contudo, foi evidente a dificuldade, por parte dos pais entrevistados, para identificar o modelo educacional utilizado pela escola.
- Nota-se que muitos deles têm noções sobre conceitos que orientam a prática pedagógica e, conseguem compreender a importância do trabalho realizado no contexto escolar, bem como, a importância da parceria entre família e escola.
- Em unanimidade, todos disseram não compreender o ingresso da criança de 0 a 3 anos na nas instituições de ensino, como uma escolha precoce, precipitada ou que sem fundamento. Quando perguntado a razão pela qual eles optaram por matricular seus filhos na Educação Infantil, as respostas foram variadas, todavia, culminavam no mesmo sentido.
- Viabilizar o processo de socialização, relacionamento interpessoal, psicomotricidade e orientar para instituição da cidadania e identidade social.

Diante das falas dos pais e, amparados no discurso da escola através do relato das profissionais entrevistadas, acredita-se ter material suficiente para averiguar a consolidação da LDB em 2015. Bem como, evidenciar o retorno dos benefícios atestados pela família em prol da criança que ingressa na Educação Infantil contemporaneamente, como atesta Bernardino (2006):

[...] as descobertas sobre a criança vieram primeiramente a partir dos adultos. Não era uma novidade numa época em que o olhar voltado às crianças passa-

va por uma ótica adulta: em todos os campos, inclusive o da psicopatologia, tratava-se de adultos em potencial.(BERNARDINO, 2006, p. 19).

Sendo assim, pode-se considerar que a pesquisa chegou ao seu lócus, com o auxílio das formulações dos autores, percebe-se que o impasse sobre a aprendizagem durante o processo de Educação Infantil se dá entre a relação que a família mantém com esses sujeitos em formação frente à proposta da escola, enquanto espaço de ensino. Poderíamos, assim, de forma relutante, justificar uso do prefixo “pré” pela ignorância de muitos adultos sobre o verdadeiro sentido da aprendizagem e a imensa dimensão que a infância abrange. Pois foi percebido que, muitos pais parecem pensar, efetivamente, que os primeiros anos de escolaridade são de pequena importância e, para isso, “qualquer garagem enfeitada pode virar uma pré-escola, mas se esse pré-pensamento existe, que não seja ele usado por educadores, estes sim, capazes de perceber a imensa e inefável dimensão dos primeiros anos de aprendizagem”. (ANTUNES, 2012, *ibid.* p. 41-42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O aforisma socrático “sei que nada sei”, provoca a inspiração sobre os efeitos que levam a conclusão desta pesquisa. Pois falar sobre a educação, construção de conhecimento e processos de aprendizagem torna-se uma tarefa inesgotável para o ser humano que está em constante evolução, principalmente, a criança que chega ao mundo como uma tábula rasa e, de pronto é bombardeada por estímulos que a cultura lhe oferta. Diante da trilha percorrida pela autora na tentativa de se aproximar de um universo tão complexo, abriu-se diante de seus olhos lacunas deixadas pelos atropelos da evolução histórica que envolvem essa problemática.

Pode-se dizer que as marcas que, fazem as palavras perderem o sentido, deixando apenas, o espaço para os apelos que o sujeito social impele à ideologia. Antunes (2012), faz uma alusão ao mal-entendido que se instala entre o dito e o não dito que se inscreve na lei simbólica que cada um de nós carregamos de forma desconhecida à nossa consciência. Seguindo as considerações do autor que, muito auxiliou na construção deste trabalho e, para amparar a proposição inicial desta escrita de conclusão, a qual, faz referência à criança na primeira infância, sujeito em transformação na via de constitui-se homem, considera-se que, seja do ponto de vista médico, psicológico ou social, como foram apresentados teoricamente ao longodeste trabalho, tais perspectivas atestam que, a criança traz intrínseca à sua condição de infans particularidades, necessidades de cuidado e limites para a efetivação de uma infância plena e saudável.

Sendo assim, esse trabalho pode considerar ter alcançado seu objetivo maior que, intenta desconstruir o mito que coloca a escola na primeira infância, como mero espaço recreativo e sem fins pedagógicos. Esse mito que têm estigmatizado as instituições de cuidado à criança pequena, têm, também, atravancado a evolução da visão sobre o papel da escola e o dever do Estado no processo de formação do ser social.

As afirmativas dos autores, citados ao longo da escrita, apontam para as vicissitudes que atravessam o conceito de escola, aprendizagem e, acima de tudo, o que toca à condição de criança frente às exigências dos padrões culturais e as diretrizes que a lei confere. Com a conquista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) pode-se

dizer que, a educação brasileira passou a ser tarefa, também, do estado e que, o conceito de aprendizagem e pedagogia se estenderam, ainda mais, para contexto social.

Com base nas investigações realizadas para o avanço desta pesquisa, deve-se atentar para a máxima que diz respeito as expectativas dos pais que desejam ingressar seus filhos nas instituições de atendimento e cuidado pedagógico nos dias de hoje, pois muito já se têm conquistado, no sentido de crescimento e configuração das unidades de ensino no país, principalmente, no que se refere às “creches e pré-escolas que, até duas décadas atrás, eram vistas como mero espaço de assistência”.

Atualmente, já se consegue vislumbrar a atividade pedagógica no processo de escolarização a partir da primeira infância como sendo uma ferramenta útil para o bom desenvolvimento moral e intelectual da criança. Portanto, pode-se constatar que, a criança, brincando, aprende e solidifica as bases que pela vida carregará. Tal qual sugere a afirmativa teórica que sustenta o pressuposto aqui apresentado. Diante disto, vale chamar a atenção para a ferramenta que deu vida ao método freiriano que, alfabetizou grande número de adultos em pouco espaço de tempo. Mas seria adequado instituir o brincar, o lúdico como prática educativa visando alcançar resultados concretos?

Não se deve deixar de lembrar que, o que Paulo Freire realizou, foi até certo ponto, uma atividade lúdica que, evocava o infantil que habita em cada sujeito. O pedagogo pernambucano que recorreu aos artifícios da cultura para trazer à realidade de forma menos densa, conseguiu vislumbrar o que o lúdico propõe, é na brincadeira que a criança vivencia o mundo adulto.

Para a autora o desenvolvimento intelectual e moral da criança se constitui mediado por sua forma de se relacionar com o adulto. Ou seja, com base no processo primeiro de aprendizagem que a criança experimenta, com efeito; a família. A criança passa a ser humanizada de acordo com a vivência que ela estabelece na troca de afeto e cuidado no espaço familiar. Logo, a família na busca pela instituição competente a estender sua prática educativa, é lançada na saga de seu desejo pela busca de uma escola ideal.

Claro que, no surgimento da educação infantil, não se pensava desta forma, como foi pontuado ao longo do texto, mas a essência da demanda, não muda. Isso quer dizer que, se nas décadas de 40

e 50 as mães buscavam quem pudesse cuidar de seus filhos para que estes não ficassem desassistidos por um adulto, cuidador – hoje as mães esperam que a escola possa oferecer as condições necessárias para uma aprendizagem plena, à luz de técnicas que a elas são desconhecidas.

O fator a ser enfatizado pela discussão, é essencialmente, a angústia experienciada pelos pais, no tocante a interrogação: o que fazer com meu filho agora? Um dos objetivos desta pesquisa foi compreender se a escolha dos pais de ingressarem seus filhos de 0 a 3 anos de idade numa instituição de ensino, seria uma alternativa precoce: pode-se dizer diante da investigação realizada, seja do ponto de vista teórico, seja com base nas informações passadas pela escola ou a experiência de pais que já estão com seus filhos inseridos na Educação Infantil em 2015, é que não é apenas uma boa alternativa, mas visando alcançar resultados futuros e promover sujeitos mais preparados no universo escolar, pode-se considerar uma escolha fundamental e inteligente.

Vale ressaltar que, para chegar a esse entendimento, não foi uma tarefa fácil, muitos foram os percalços que surgiram pelo caminho no desenrolar da pesquisa, desde a escolha da escola que pôde fornecer os pais e o auxílio discursivo das coordenadoras sobre sua práxis, até a escolha dos pressupostos teóricos a serem utilizados. Pois muitas são as vertentes que se interessam por essa problemática, muitas até, suscitam novas formas de perceber o universo educacional e o papel da educação enquanto instituição de valores e construtora de identidade social.

Mas para esse trabalho, serviu de modelo um contraponto teórico que seguiu das contribuições de Piaget e Vigotsky sobre o desenvolvimento cognitivo da criança frente à proposta pedagógica de Paulo Freire. Não se pode deixar de ressaltar a articulação que essas três premissas conseguem verticalizar do tocante ao embate que perpassa o entendimento sobre as técnicas educativas e segue até a construção do conhecimento que leva o indivíduo a sua autonomia diante das demandas ideológicas que a sociedade impõe.

Para chegar a essa lógica, foi necessário percorrer os liames da lei mediados por suas propostas e contexto de criação. Bem como, fazer uma interlocução sobre o discurso da escola enquanto entidade balizadora das diretrizes da lei na promoção e consolidação das práticas pedagógicas, o dis-

curso do Estado que objetiva garantir a implementação e consolidação dos desígnios da lei e, por fim, o discurso da família que, tem a função de emprestar as lentes com que o os sujeitos irão enxergar o mundo.

O que se pode acrescentar a essa discussão sobre o caráter essencial da educação e mais precisamente a Educação Infantil, é que se o indivíduo nasce lançado num universo de signos, logo, ele está em uma modalidade de aprendizagem contínua e, por isso, este trabalho compreende que o processo educacional a partir do contexto escolar, deve ter início na Educação Infantil. Possibilitando assim, que creches e pré-escolas sejam reconhecidas como espaços de educação prioritários para a entrada da criança no ensino fundamental e assim, torna-se um sujeito mais preparado e mais consciente de seu papel social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ANTUNES, Celso. Educação Infantil: prioridade imprescindível. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

ARIÈS, P. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BANDEIRA, Pedro. Mais respeito, eu sou criança! Série risos e rima. 3. ed. São Paulo, 2009.

BERNARDINO, L. O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição. São Paulo: Escuta, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

BRASIL, (1991). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília.

BRASIL, (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

BRASIL, (2001). Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal, UNESCO.

BRASIL. (2007). Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccIVILL\\_03/\\_Ato2007-2014/2010/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccIVILL_03/_Ato2007-2014/2010/Lei/L11494.htm)

BRASIL, (2010). Projeto de Lei nº 8.035/2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2009). Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2009). Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13684:resolucoes-ceb-009&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13684:resolucoes-ceb-009&option=com_content&view=article) Acesso em 22 de janeiro de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2012). Censo da educação básica: 2011 – resumo técnico. – Brasília: INEP.

CAMPOS, M. M. (2000). A qualidade da educação em debate. Cadernos do Observatório: a educação brasileira na década de 90. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação. 2, p. 47-70.

CORALINA. Cora. Vintém de cobre: mei BRASIL. Constituição da República Federativa. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional.

Costa,T.(2007). Psicanálise com Crianças. Rio de Janeiro: Zahar.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 13. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção Leitura).

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação. Educação e Sociedade. V. 25, nº 87. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: CEDES, p. 401 – 422, 2004.

HADDAD, Lenira. Sistemas públicos de educação infantil: as dimensões do cuidar e educar numa perspectiva ecológica. In: . Anais do Seminário Internacional da OMEP, Rio de Janeiro, 2000.

HADDAD, Lenira. Creche em busca de identidade. São Paulo: Loyola, 1991.

KAPPEL, Maria Dolores Bombardelli. Educação Infantil e grupo populacional de 0 a 6 anos. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 18, p. 36-57, n. 1/2, jan/dez 2001. Infância e políticas de educação infantil: início do século XXI. In: VASCONCELLOS, Vera Ramos de (org). Educação Infância: História e política. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KRAMER, Sonia. Linguagem e história – O papel da narrativa e da escrita na Constituição de sujeitos sociais. In: Frigotto, Gaudêncio e Ciavatta, Maria (orgs.) Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KRAMER, Sônia. Infância e produção cultural. Campinas: Papirus, 1999.

KRAMER, Sônia (Org.). Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

KUHMANN JR. Moysés. Educando a infância brasileira. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; KUHLMANN JR., M., (1998). Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação. A infância e sua educação: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 22 a 37.

LARROSA, Jorge. Linguagem e educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LARROSA, Jorge. Pedagogia profana: danças piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. O sujeito da Educação. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abril, 2002.

MARAFON, Danielle. Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância. s/d. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc) Acesso em 10 de fev. 2012.

MOLON, S.I. (2008). Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio- histórica. Informática na Educação: teoria e prática, v.11, n.1.p. 56-68.

MOLON, S.I. (1995). A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOREIRA, M. A. (2011) Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Docência em formação na educação infantil: fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. Cortez: São Paulo, 2005.

PIAGET, J. (1999). O pensamento e a linguagem na criança. São Paulo: Martins Fontes.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da Infância. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca! 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ROCHA, Eloisa A. Candal. A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999. 290p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou Da educação. São Paulo: Martins, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio, ou, Da educação. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos. (Org.) Infância (in)visível. Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

SCHELBAUER, A. R. Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá, Pr: EDUEM, 1998.

SOUZA, Gisele. A criança em perspectiva: o olhar do mundo sobre o tempo infância. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, M. C. B. R. A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes.

VIGOSTKI, Lev Semenovich. A Formação Social da Mente. 7a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VEIGA, C. G. 500 anos de Educação no Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

#### **SITES UTILIZADOS:**

<http://www.efdeportes.com/efd192/a-historia-da-educacao-infantil-no-brasil.htm> Acesso em 15/12/2015 às 23:15h.

Eliane Loreni Bach - Vaneza Cauduro Peranzoni: [vaneza.cauduro@terra.com.br](mailto:vaneza.cauduro@terra.com.br)

[http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2014/andrea\\_lemes\\_lustig.pdf](http://portal.unemat.br/media/oldfiles/educacao/docs/dissertacao/2014/andrea_lemes_lustig.pdf) - Acessado em: 12/12/2015 as 21:00h.

<https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/AIMPORT%C3%82NCIA-DAEDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL-PARA-A-FORMA%C3%87%C3%83O-411076.html> consulta em: 23/03/2016 às 10h.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/02.pdf> - Consultado em: 19/03/2016 às 22h.

[http://www.ebanque-pdf.com/fr\\_dicionario-aurelio.html](http://www.ebanque-pdf.com/fr_dicionario-aurelio.html) - Consultado em: 17/03/2016 às 19h.

[http://need.unemat.br/4\\_forum/artigos/luciani.pdf](http://need.unemat.br/4_forum/artigos/luciani.pdf) - Consultado em 14/10/2015 às 23h.

## *Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva*



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

# Índice Remissivo



## C

### Criança

*página 27*

*página 44*

*página 54*

*página 87*

## E

### Educacional

*página 25*

*página 51*

*página 68*

*página 75*

## I

### Infantil

*página 9*

*página 75*

*página 76*

*página 77*

**P**

Pais

*página 12*

*página 56*

*página 85*

*página 86*

Pedagógico

*página 66*

*página 69*

*página 79*

*página 91*



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

Esse novo ebook produzido pela pesquisadora Patrícia Ferreira de Oliveira Umbelino coloca em destaque o processo que envolve a educação infantil no contexto escolar, assim, através do estudo da autora, temos a chance de se aprofundar em temas extremamente relevantes e importantes para a melhoria do ensino nas escolas.

